

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

**PALOMA SOUZA DE OLIVEIRA**

**DEMANDA POR BENEFÍCIOS EVENTUAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA- RS**

**SÃO BORJA, 2018**

**PALOMA SOUZA DE OLIVEIRA**

**DEMANDA POR BENEFÍCIOS EVENTUAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA- RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharela em Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Loiva Mara de Oliveira Machado

**SÃO BORJA, 2018**

PALOMA SOUZA DE OLIVEIRA

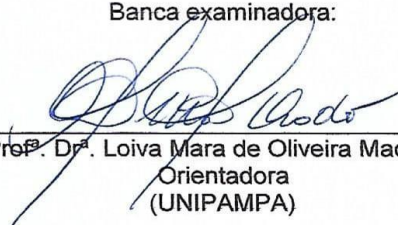
**DEMANDA POR BENEFÍCIOS EVENTUAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA- RS**

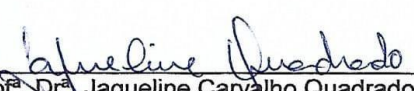
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharela em Serviço Social.


Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Loiva Mara de Oliveira Machado

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 11 /12 /2018.

Banca examinadora:

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr<sup>a</sup>. Loiva Mara de Oliveira Machado  
Orientadora  
(UNIPAMPA)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr<sup>a</sup>. Jaqueline Carvalho Quadrado  
(UNIPAMPA)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Jorge Alexandre da Silva  
(UNIPAMPA)

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente dedico este trabalho a Deus, que esteve comigo durante todo esse processo de graduação, me dando força e coragem para que chegasse até esta etapa final.

Agradeço a minha família pelo incentivo e apoio que me deram, à minha querida mãe, Marcia, que sempre esteve ao meu lado, me dando suporte em momentos de tristeza e ansiedade. Ao meu amigo, companheiro e marido Lucas, que sempre me motivou e acreditou na realização desse sonho, me ajudando a enfrentar as dificuldades dessa trajetória. Aos meus avós Pedro e Maria e ao meu irmão Pablo, que sempre estiveram torcendo por mim, amo a todos vocês.

Agradeço também à professora Dra. Loiva Mara de Oliveira Machado pela dedicação durante todo esse processo de construção do Trabalho de Conclusão de Curso, em que sempre se mostrou à disposição para orientação. Além de ser minha orientadora, é uma pessoa maravilhosa que tive o prazer conhecer e ter essa aproximação, em que me acolheu carinhosamente em TCC II. Obrigada pelo incentivo e por acreditar em mim.

Agradeço ao professor Jorge Alexandre da Silva, que contribuiu também nesse processo sendo meu orientador em TCC I e também supervisor de estágio. Agradeço a todos/as professores/as do Curso de Serviço Social que fizeram parte dessa trajetória de aprendizado, se colocando sempre a disposição para ajudar nas dificuldades que seus alunos pudessem ter. Obrigada professoras Jaina Pedersen, Simone Oliveira, Jaqueline Quadrado, Elisangela Pessoa, Solange Berwig, Evelise Lazzari, Monique Damascena e Monique Vieira. Obrigado professores, Jocenir de Oliveira, José Wesley, Jorge Alexandre, César Beras e Walter Cruz.

A todos (as) colegas e amigos (as) que tive o prazer de conhecer, e que contribuíram no meu desenvolvimento durante o processo de formação, obrigada principalmente a Amanda Cabral, Alessandra Fraga, Adelina Escobar, Bruna Duarte, Bruna Aquino, Cristieli Dornelles, Cleiton Araujo, Catia Amarilho, Denise Messa, Karen Gomes, Marta Prado.

Por fim, agradeço a minha supervisora de estágio Josiele Ferreira Gazano que partilhou seu conhecimento com suas estagiárias, sempre colocando-se a disposição para sanar dúvidas, obrigada pela sua colaboração, obrigada ao

Secretário Pedro Quoos e Mariele Leira coordenadora do CRAS Centro que permitiram que a pesquisa documental fosse realizada.

“No fim tudo dá certo, se não deu certo é porque ainda não chegou ao fim.”

Fernando Sabino

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objeto de estudo a Política de Assistência Social, mais especificamente a demanda por benefícios eventuais no âmbito da Proteção Social Básica no município de São Borja-RS. Objetiva-se analisar os processos sociais que determinam a demanda por benefícios eventuais nesse município, a fim de subsidiar a intervenção dos profissionais nessa área. A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa documental, considerando as informações contidas nos registros dos atendimentos referentes aos benefícios eventuais. Foram selecionados 119 cadastros de usuários, no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Bairro Centro, referente ao segundo semestre do ano de 2016 até o primeiro semestre do ano de 2018. Este número corresponde a 20% dos atendimentos no período que chega ao total de 596. Este é um dos CRAS que é cofinanciado pelo governo federal, considerando-se o disposto na Política de Assistência Social uma vez que se trata de um município de médio porte. Também se realizou um aprofundamento das categorias teóricas desse estudo através de uma revisão de literatura. Pontua-se dessa forma que a revisão bibliográfica retoma alguns aspectos históricos relacionados à Política de Assistência Social e aos benefícios eventuais. Trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória e enfoque qualitativo, orientada pelo método dialético crítico, constituído basicamente pela análise de três categorias constitutivas do método: totalidade, historicidade e contradição. Também conta com a categoria de análise mediação, que contribui para compreender a conexão do singular, particular e universal, permitindo o entendimento dos processos intrínsecos ao objeto. Com relação aos resultados estes consistem em apresentar informações e reflexões a respeito da solicitação por benefícios eventuais no município em questão, evidenciando alguns aspectos que corroboram na determinação dessa demanda.

**Palavras-Chave:** Política de Assistência Social, Benefícios Eventuais, Estado Neoliberal.

## RESUMEN

El presente Trabajo de Conclusión de Curso tiene como objeto de estudio la Política de Asistencia Social, más específicamente la demanda por beneficios eventuales en el ámbito de la Protección Social Básica en el municipio de São Borja-RS. Se pretende analizar los procesos sociales que determinan la demanda por beneficios eventuales en ese municipio, a fin de subsidiar la intervención de los profesionales en esa área. La recolección de datos fue realizada por medio de investigación documental, considerando las informaciones contenidas en los registros de las atenciones referentes a los beneficios eventuales. Se seleccionaron 119 catastros de usuarios, en el Centro de Referencia de Asistencia Social (CRAS) Barrio Centro, referente al segundo semestre del año 2016 hasta el primer semestre del año 2018. Este número corresponde al 20% de las atenciones en el período que llega al total de 596. Este es uno de los CRAS que es cofinanciado por el gobierno federal, considerando lo dispuesto en la Política de Asistencia Social ya que se trata de un municipio de mediano porte. También se realizó una profundización de las categorías teóricas de ese estudio a través de una revisión de literatura. Se pone de esa forma que la revisión bibliográfica retoma algunos aspectos históricos relacionados a la Política de Asistencia Social ya los beneficios eventuales. Se trata de una investigación de naturaleza exploratoria y enfoque cualitativo, orientada por el método dialéctico crítico, constituido básicamente por el análisis de tres categorías constitutivas del método: totalidad, historicidad y contradicción. Como también cuenta con la categoría de análisis mediación, que contribuye a comprender la conexión de lo singular con lo universal, permitiendo el entendimiento de los procesos intrínsecos al objeto. Con respecto a los resultados estos consisten en presentar informaciones y reflexiones acerca de la solicitud por beneficios eventuales en el municipio en cuestión, evidenciando algunos aspectos que corroboran en la determinación de esa demanda.

**Palabras Claves:** Política de Asistencia Social, Beneficios eventuales, Estado Neoliberal.



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Perfil dos usuários que acessaram benefícios eventuais em 2016.....	48
Quadro 2 – Perfil dos usuários que acessaram benefícios eventuais em 2017.....	50
Quadro 3 – Perfil dos usuários que acessaram benefícios eventuais em 2018.....	51
Quadro 4 – Trabalho e renda dos usuários que acessaram os benefícios eventuais em 2016.....	78
Quadro 5 – Condições de moradia dos usuários que acessaram os benefícios eventuais no ano de 2016.....	79
Quadro 6 – Atendimentos realizados pelo Cras Centro aos usuários que acessaram os benefícios eventuais em 2016.....	79
Quadro 7 – Trabalho e renda dos usuários que acessaram os benefícios eventuais em 2017.....	80
Quadro 8 – Condições de moradia dos usuários que acessaram os benefícios eventuais no ano de 2017.....	81
Quadro 9 – Atendimentos realizados pelo Cras Centro aos usuários que acessaram os benefícios eventuais em 2017.....	82
Quadro 10 – Trabalho e renda dos usuários que acessaram os benefícios eventuais em 2018.....	82
Quadro 11 – Condições de moradia dos usuários que acessaram os benefícios eventuais no ano de 2018.....	83
Quadro 12 – Atendimentos realizados pelo Cras Centro aos usuários que acessaram os benefícios eventuais em 2018.....	84

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM – Banco Mundial

BPC – Benefício de Prestação Continuada

Cad Único – Cadastro único

CF – Constituição Federal

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

DRU – Desvinculação de Receitas da União

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social

MPC – Modo de Produção Capitalista

MST– Movimento dos trabalhadores rurais sem terra

NOB/SUAS – Norma Operacional Básica / Sistema Único de Assistência Social

PFZ – Programa Fome Zero

PBF – Programa Bolsa Família

PMSB – Prefeitura Municipal de São Borja

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>16</b>
<b>2.1 Metodologia de pesquisa .....</b>	<b>16</b>
<b>2.2 Método.....</b>	<b>19</b>
<b>2.3 Tipos de pesquisa.....</b>	<b>22</b>
<b>2.3.1 Universo e amostra.....</b>	<b>23</b>
<b>2.3.2 Instrumento e técnicas.....</b>	<b>24</b>
<b>3 O ESTADO NEOLIBERAL E OS DIREITOS SOCIAIS.....</b>	<b>26</b>
<b>3.1 Estado neoliberal e seus rebatimentos nos direitos sociais.....</b>	<b>28</b>
<b>4 A ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO DIREITO DO CIDADÃO E DEVER DO ESTADO.....</b>	<b>42</b>
<b>4.1 A assistência social enquanto política social pública.....</b>	<b>42</b>
<b>4.2 Proteção social básica e os benefícios eventuais .....</b>	<b>53</b>
<b>5 FORMAS DE ENFRENTAMENTO À POBREZA NO BRASIL .....</b>	<b>58</b>
<b>5.1 Operacionalização dos benefícios eventuais e de transferência de renda.....</b>	<b>76</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>88</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>92</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>97</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>98</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto de estudo a Política de Assistência Social, mais especificamente a demanda por benefícios eventuais no âmbito da proteção social básica no município de São Borja-RS. Para tanto, tem como objetivo geral analisar os processos sociais que determinam a demanda por benefícios eventuais no município de São Borja-RS, a fim de subsidiar a intervenção dos<sup>1</sup> profissionais nessa área. Destaca-se que o recorte do período desta pesquisa refere-se aos registros dos atendimentos relacionados aos benefícios eventuais a partir do segundo semestre do ano de 2016, até o primeiro semestre do ano de 2018 no CRAS Bairro Centro. Buscou-se responder ao seguinte problema de pesquisa: “Quais os processos sociais que determinam a demanda por benefícios eventuais no município de São Borja-RS?”. Para responder a este problema é necessário observar as seguintes questões norteadoras: a) Qual o perfil dos usuários que acessam aos benefícios eventuais?; b) Quais os processos sociais que corroboram para a demanda por benefícios eventuais?; c) Quais as leis que definem os critérios de acesso aos benefícios eventuais. Quanto aos objetivos específicos a pesquisa se propõe: a) identificar o perfil dos usuários que acessam aos benefícios eventuais; b) conhecer os processos sociais que corroboram para a demanda por benefícios eventuais nesse município; c) compreender as leis que definem os critérios de acesso aos benefícios eventuais.

Destaca-se que a escolha da temática surge em razão de algumas observações tecidas pela pesquisadora referente aos benefícios eventuais quando estava inserida no campo de estágio no CRAS Bairro Centro. Torna-se pertinente na medida em que se observa o contexto histórico contemporâneo, pois é um cenário formado por uma sociedade capitalista pautada pelo contexto de crise de acumulação e desmonte de direitos sociais, onde a reprodução das relações sociais são pautadas na competitividade e individualismo, corroborando para o acirramento das desigualdades sociais, acentuando ainda mais as expressões da questão social. Acerca disso, salienta-se que esse estudo pode auxiliar na criação de subsídios para a intervenção dos profissionais acerca da demanda por benefícios eventuais.

---

<sup>1</sup> Nesse trabalho se utilizou qualquer palavra no gênero masculino devido à padronização linguística, pois se entende todos os gêneros e identidades de um modo geral (linguagem inclusiva), no sentido do ser humano genérico. Utilizar os/as profissionais constitui-se em uma concepção binária que não contempla a diversidade humana. E conforme o Código de Ética do assistente social de 1993 que pontua como princípio a defesa intransigente dos direitos humanos, sua pluralidade, respeito à diversidade, portanto reafirma-se o comprometimento com o Projeto Ético Político do Serviço Social ao optar por essa escolha (CFESS, 1993).

Destaca-se que o presente trabalho divide-se em 6 capítulos: o primeiro refere-se à introdução, na qual são explicitados o tema, delimitação, problema, objetivo geral e específicos, assim como também inclui a justificativa da escolha da temática. Já no capítulo 2, trata-se da parte metodológica do estudo, onde é apresentada metodologia da pesquisa, o método, os procedimentos metodológicos, tipos de pesquisa, universo e amostra, instrumentos e técnicas, análise e tratamento dos dados e proposta de socialização dos resultados.

Ainda referente ao capítulo 2, faz-se necessário salientar que, para a materialização deste trabalho de conclusão de curso (TCC) foi necessário realizar um planejamento, ou seja, a escolha da forma com que essa pesquisa foi realizada. Acerca disso, se destaca que o método utilizado foi o método dialético crítico, que consiste em basicamente três categorias constitutivas: historicidade, totalidade e contradição, e contou também com a categoria mediação. No que concerne aos instrumentos e técnicas, utilizou-se uma pesquisa documental, na qual contou-se com um quadro síntese para a sistematização das informações contidas nos registros dos usuários do CRAS Bairro Centro. Destaca-se dessa forma que o Trabalho de Conclusão de Curso resulta de pesquisa qualitativa, exploratória, com a análise de conteúdo feita por meio da metodologia de Laurence Bardin.

Reportando-se para o capítulo 3, este discute sobre a constituição do Estado neoliberal enquanto Estado político, e como ele administra a crise estrutural do capital, destacando ainda os rebatimentos quanto à garantia dos direitos sociais, visto que o Estado neoliberal se caracteriza como um Estado mínimo de direitos para a população e amplo para o capital. O capítulo 4 aborda a discussão sobre os avanços da Assistência Social enquanto direito social. Considerando a perspectiva do direito do cidadão e dever do Estado, é contextualizado brevemente como a Assistência Social se caracterizava no período histórico anterior a CF 1988, assim como as mudanças que ocorreram nesta após a regulamentação da Lei Orgânica de Assistência Social nº 8.742/1993 (LOAS).

Há também nesse capítulo a discussão sobre a Assistência Social enquanto política social pública, onde se destaca a sistematização de algumas informações obtidas por meio da pesquisa documental, que permitiu identificar quem são esses sujeitos de direitos que demandam dos benefícios eventuais. Para tal, se aborda sobre a proteção social básica a qual os benefícios são vinculados apresentando a finalidade desta, assim como os serviços, programas, projetos, e benefícios nesse âmbito. Não obstante, também

contextualiza sobre as legislações que regem a operacionalização dos benefícios eventuais no município de São Borja/RS, identificando como estes são assegurados pela política de Assistência Social.

Quanto ao capítulo 5, este aborda sobre as formas de combate à pobreza no Brasil, utilizando-se da contextualização de dois programas o “Fome Zero” e “Brasil Sem Miséria”, como também versa sobre os benefícios de transferência renda e eventuais. Prioriza-se aqui a discussão sobre os benefícios eventuais, que é o foco da temática deste TCC. Este capítulo também aborda sobre algumas informações obtidas na pesquisa documental, que possibilitou evidenciar os processos sociais que corroboram para a demanda por benefícios eventuais.

No último capítulo são retomados os pontos mais pertinentes sobre tema de estudo, assim como apresenta algumas considerações tecidas pela pesquisadora no decorrer do desenvolvimento desse trabalho, articulando com os objetivos estabelecidos e resultados que foram alcançados. Considerando que a produção do conhecimento consiste em um processo dialético permanente, pois a realidade está em constante movimento, destaca-se que o presente estudo possibilitou a elaboração de novas sínteses.

Os resultados indicam que predominantemente os usuários que recorrem aos benefícios eventuais são pessoas que estão fora do mercado de trabalho ou estão trabalhando por meio do vínculo informal, que não proporciona uma estabilidade, considerando a não garantia de direitos trabalhistas. Denota-se dessa forma que a maior dificuldade desses sujeitos refere-se ao provimento da alimentação, pois a maior demanda verificada foi a solicitação pelo aporte nutricional. Por fim, destaca-se que este TCC contribui para reflexão e subsídio dos profissionais Assistentes Sociais sobre a operacionalização desses benefícios, para que possam pensar em possíveis estratégias que qualifiquem a intervenção na vida dos usuários, rompendo com a prática de somente conceder ou não o benefício.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo consiste na apresentação do desenvolvimento do presente estudo, onde são explicitados os procedimentos metodológicos utilizados durante o processo de pesquisa. Para isso, aqui são apresentados a metodologia da pesquisa, o método, tipos de pesquisa, universo e amostra, instrumentos e técnicas e, por fim, a análise e tratamento dos dados.

### 2.1 Metodologia de Pesquisa

Destaca-se que “entendemos por pesquisa a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade” (MINAYO, 2012 p. 16). É a pesquisa que “alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo” (MINAYO, 2012 p. 16). Diante disso, cabe destacar que essa pesquisa é de cunho qualitativo, que permite a apreensão reflexiva e análise crítica sobre a temática. Visto que a busca qualitativa contribui no processo de coleta dos dados, pois nos termos de Minayo (2012), esta se preocupa em responder a questões bem particulares já que:

Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (MINAYO, 2012, p. 21).

Considerando que a produção do conhecimento é um processo dialético permanente, pontua-se que, diante disso, tem-se a possibilidade de compreender a singularidade do real, pois este tipo de pesquisa permite a busca pelo conhecimento considerando aspectos de caráter subjetivo do objeto que se planeja analisar. Para tanto, se destaca que o entendimento que se tem sobre dado fenômeno da realidade é meramente parcial, visto que esse saber limita-se à apreensão somente da aparência.

Salienta-se dessa forma que o “[...] mundo da pseudoconcreticidade é um claro escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde” (KOSIK, 1976, p.15). A partir disso se tem a necessidade de um estudo mais aprofundado da historicidade desse objeto para que se possa chegar à essência da ocorrência de tais situações.

Assim, pontua-se que a pesquisa é definida como “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico” (GIL, 2007 p.42), e que “[...] o objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos” (GIL, 2007 p.42).

Portanto, pesquisar não significa somente coletar dados da realidade, é preciso dar cientificidade a essas informações e para isso é necessária a utilização de processos metodológicos. No que concerne à motivação de estudar sobre determinada temática, salienta-se que “a pesquisa social pode decorrer de razões de ordem intelectual, quando são baseadas no desejo de conhecer pela simples satisfação para agir” (GIL, 2007, p.42). Verifica-se que para pesquisar é necessário ter o respaldo teórico para que se tenha uma compreensão mais crítica sobre dada realidade, acerca disso tem-se a relevância de pontuar como se caracteriza essa categoria que abrange a pesquisa. Então se destaca que:

[...] a teoria é um conhecimento de que nos servimos no processo de Mediante investigação como um sistema organizado de proposições, que orientam a obtenção de dados e a análise dos mesmos, e de conceitos, que veiculam seu sentido (MINAYO, 1994 p.19).

A partir disso, verifica-se que a teoria constitui-se como um meio de facilitar a apreensão do que se objetiva estudar “[...] é construída para explicar ou compreender um fenômeno, um processo ou um conjunto de fenômenos e processos [...]” (MINAYO, 1994 p. 18). Para pesquisar, é preciso ter uma metodologia, que se define, segundo Minayo (1994), como o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Ou seja, será o planejamento de como fará para responder o que se propôs realizar. A metodologia será então a trajetória que será percorrida para alcançar os objetivos elencados pelo pesquisador.



Após pontuar esses aspectos da pesquisa, vê-se a necessidade de discutir sobre a importância da atitude investigativa no trabalho dos Assistentes Sociais. Para isso, utiliza-se da discussão de Guerra (2009), uma vez que a autora afirma que é preciso que os Assistentes Sociais assumam uma atitude investigativa tanto na pesquisa como na intervenção, enfatizando que para intervir é necessário conhecer. A autora destaca ainda que a pesquisa é um elemento fundamental no trabalho dos profissionais, pois promove o exercício da profissão de forma mais competente e qualificada. Na intervenção, a atitude investigativa possibilita ao assistente social a ingerência não somente da imediatez das demandas que surgem, ela possibilita que o profissional chegue à essência de tal fenômeno. Portanto, a pesquisa constitui-se como mediação entre conhecimento e realidade, possibilitando a articulação do pensamento com o real, onde Guerra (2009) ressalta que esta irá resultar em um conhecimento provisório, que pode agregar novos conhecimentos, como também abandonar outros preceitos. A partir disso, salienta-se que:

A apreensão do real pela teoria é diferente da sua apreensão pela arte, pela religião, pela prática. Vê-se que o conhecimento teórico é apenas um tipo de conhecimento entre outros, mas, sobretudo, tende a ser o mais universal e mais completo, uma vez que ele busca captar e reproduzir o real por meio do pensamento. Assim, a teoria é uma forma de apropriação do mundo (GUERRA, 2009, p. 7).

Neste sentido, a pesquisa não pode ser apenas sistematização/descrição da prática, pois esse momento caracteriza-se como processo inicial desta. Para que se construa um conhecimento válido sobre determinado objeto, deve-se reunir esse conjunto de informações coletados da realidade para assim através do aporte teórico para interpretar esses dados. A autora enfatiza que “antes de iniciarmos qualquer investigação, deve-se ter a convicção de que existe algo a mais a ser conhecido, que não é dado na aparência, na representação imediata da realidade” (GUERRA, 2009, p.9) e isso consiste, portanto, na análise das categorias contradição, historicidade e totalidade. A dimensão investigativa:

[...] é a dimensão do novo – questiona, problematiza, testa as hipóteses e ainda permite revê-las, mexe com os preconceitos, estereótipos, crenças, superstições, supera a mera aparência, o imediato, por questionar a positividade do real (GUERRA, 2009, p. 16).

A autora pontua que a dimensão investigativa no exercício profissional torna-se imprescindível, visto que permite que o profissional conheça o que está por trás da aparência dos fenômenos sociais. Pois “permite construir novas posturas visando a uma instrumentalidade de novo tipo: mais qualificada, o que equivale a dizer: eficiente e eficaz, competente e compromissada com os princípios da profissão” (GUERRA, 2009, p.16). Para tanto, destaca-se que nessa pesquisa inicialmente foi planejada a realização de entrevistas com as Assistentes Sociais do município que realizam os atendimentos nos CRAS Passo, Centro, Paraboi, e Leonel Brizola. No entanto, em razão do tempo para realização da pesquisa (segundo semestre de 2018) e disponibilidade das profissionais que seriam entrevistadas, não foi possível o desenvolvimento da pesquisa, com esta abrangência, neste momento, o que se constitui possibilidade para pesquisas futuras.

Diante disso, optou-se por realizar uma pesquisa documental nos dois CRAS que são cofinanciados pelo governo federal (CRAS Centro e CRAS Passo). Contudo, também não foi possível em razão do número expressivo de registros que teriam de ser analisados e disponibilidade de tempo considerando a metodologia da pesquisa. A partir destes fatos, optou-se por realizar a pesquisa no CRAS Centro por já haver uma aproximação da pesquisadora com essa instituição, uma vez que já havia realizado estágio supervisionado em Serviço Social. Após a coleta de dados feita na instituição já mencionada, a pesquisadora começou o processo de análise dos dados sistematizados e isso possibilitou responder ao objetivo geral, problema de pesquisa, bem como os objetivos específicos estabelecidos nesse trabalho.

## **2.2 Método**

A produção desse estudo optou pelo método dialético crítico, que é constituído basicamente pela análise de três categorias: contradição, historicidade e totalidade. Disso, salienta-se que:

A investigação sob o enfoque do método dialético proposto por Marx consiste, precisamente, em situar e compreender os fenômenos sociais em seu complexo e contraditório processo de produção e reprodução, determinados por múltiplas causas e inseridos na perspectiva de totalidade. (NETTO, 2009, p. 7).

No que se refere à dialética marxista, esta pontua que “o conhecimento é totalizante e a atividade humana, em geral, é um processo de totalização, que nunca alcança uma etapa definitiva e acabada” (KONDER, 2008, p.35). Portanto, permite que o pesquisador não analise as coisas “na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa esta ‘acabada’, encontrando-se sempre em vias de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo de outro” (LAKATOS, MARCONI, 2007, p. 101).

Desta forma, o método dialético crítico permite a compreensão da realidade de forma crítica, onde são consideradas as categorias da dialética, sendo a primeira relacionada à historicidade dos processos sociais. Nesse processo, o pesquisador realiza a análise histórica do objeto de estudo. Posteriormente, a segunda categoria relaciona-se com as contradições, que são “constantes e intrínsecas à realidade, de modo que as relações entre os fenômenos ocorrem num processo de conflitos que geram novas situações na sociedade” (DINIZ, SILVA, 2008, p. 4-5). Por sua vez, a última remete-se à apreensão da totalidade do objeto, pois permite uma visão mais ampla da realidade, onde o pesquisador poderá articular os fenômenos universais com os singulares, considerando que a “totalidade refere-se ao entendimento de que a realidade está totalmente interdependente, inter-relacionada entre os fatos e fenômenos que a constitui” (DINIZ, SILVA, 2008, p. 4). Ao apreender a totalidade, é possível pensar sobre as situações que estão dadas (aparência dos fenômenos), já que a realidade está em constante transformação, ou seja, não está dada nem acabada.

Destaca-se, neste aspecto, a seguinte discussão: “A dialética trata da coisa em si. Mas a “coisa em si” não se manifesta imediatamente ao homem e para chegar à sua compreensão, é necessário fazer não só um certo esforço, mas também um *détour*” (KOSIK, 1976, p. 13). Nessa citação, o autor afirma que o fenômeno aparente (pseudoconcreticidade) não revela a essência e para se alcançar a essência é necessário fazer um movimento de ida e volta que ele denomina de movimento *détour*. Ao analisar a historicidade do objeto de estudo, verifica-se que os benefícios eventuais vinculados à política de Assistência Social surgem como provisões suplementares de caráter provisório e temporário, destinado para pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social. No entanto, a partir de observações tecidas pela pesquisadora no período de estágio, verifica-se que não está tendo esse caráter em sua materialização, porquanto se

identifica uma expressiva e contínua demanda pelo aporte nutricional que consiste em um desses benefícios eventuais.

A totalidade desse objeto de estudo é evidenciada ao considerar o nível macro, constituído pelo modo de produção capitalista (MPC), pois seus impactos ferem diretamente a classe trabalhadora. Considerando que esse modo de produção é pautado pela exploração da força de trabalho, que acirra ainda mais as desigualdades sociais através da apropriação privada da riqueza socialmente produzida, denota-se também que os ajustes neoliberais afetam as políticas sociais públicas, já que prevê a não intervenção do Estado no social, que acaba por precarizar os serviços, programas entre outros ofertados por essa política. Isto afeta principalmente os benefícios eventuais, onde os critérios de elegibilidade selecionam o pobre do mais pobre, pois conforme observações realizadas pela pesquisadora no período de estágio, a procura pelos benefícios eventuais (principalmente a cesta básica) é maior que os recursos disponíveis. A demanda é maior que a oferta.

Ponderando que os benefícios eventuais vinculam-se à política de Assistência Social, a contradição desse objeto de estudo se expressa primeiramente na afirmação de que a Assistência Social é para quem dela necessitar, considerando alguns critérios para o acesso, o que diverge diretamente com a proposta de universalidade. Verificando a focalização desta política, outra contradição identificada concerne na característica desses benefícios, que tem caráter eventual e são a maior demanda institucional.

Acerca disso, destaca-se também a utilização da categoria mediação para auxiliar no processo de problematização desse objeto. Pontes (2000) ressalta que a mediação possui tanto a dimensão ontológica (objetiva), que está no real independente da apreensão racional do sujeito. Como também reflexiva (subjetiva), elaborada pela razão, através do entendimento do sujeito por meio de sucessivas aproximações (superando a imediaticidade).

Destaca-se dessa forma que a teoria caracteriza como “[...] a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa” (NETTO, 2009, p. 5). Esta, aliada ao método, possibilita “[...] um conhecimento do ser social, bem como a possibilidade de captação de direções a serem assumidas na intervenção no real” (PONTES, 2007, p.16). Além das categorias do método, que subsidiarão o estudo, elegeram-se também categorias explicativas da realidade. Com base nesta referência, se adotou: Política de Assistência Social, Benefícios eventuais, Estado Neoliberal. Destaca-

se que tais categorias contribuíram para uma estrutura de reflexões, como também na sistematização e elaboração de novas sínteses sobre a referente temática.

### **2.3 Tipos de Pesquisa**

Ressalta-se que, ao aprofundar-se o estudo através da pesquisa qualitativa, tem-se relevância no que se refere a “[...] busca da compreensão e interpretação à luz da teoria aporta uma contribuição singular e contextualizada do pesquisador [...]” pois toda pesquisa produz conhecimento e gera indagações novas” (MINAYO, 2012, p. 27). A partir disso, ainda destaca Richardson (2011) que a pesquisa enquanto abordagem para coleta de dados é o meio mais apropriado para compreender a natureza de um fenômeno social. Cabe frisar que o presente estudo configura-se como uma pesquisa de cunho qualitativo e de caráter exploratório, bem como utiliza como técnica a pesquisa documental, definida como “[...] uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar, num estado ulterior, a sua consulta e referência” (BARDIN, 2016, p. 51).

Para sua efetivação, foram analisados documentos primários que, conforme Gil (2007), consistem em documentos que ainda não receberam nenhum tratamento científico, portanto “[...] a análise documental tem por objetivo dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação” (BARDIN, 2016, p. 51). Este processo permite transformar esse documento primário para um documento secundário, o que exige mais cuidado por parte do pesquisador, por se tratar de arquivos que ainda não receberam nenhum tratamento científico. Já no que se refere à fase exploratória, ressalta-se que esta tem como principal finalidade apresentar esclarecimento e mediações referentes à “[...] conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos [...] para estudos posteriores. [...] desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” (GIL, 2008, p. 27). Com isso, ao aprofundar-se no estudo do objeto, o pesquisador irá descobrir particularidades não identificadas na aparência, conseguindo dessa forma conhecer a essência desse fenômeno social.

### 2.3.1 Universo e Amostra

Em relação à apresentação do universo e amostra da presente pesquisa, primeiramente identifica-se a necessidade de conceituar tais termos. Então, no que se refere à definição de universo, ressalta-se que este se caracteriza, segundo Gil (2008), como um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características. Neste estudo, o universo constitui-se nos cinco CRAS (Centro, Passo, Paraboi, Leonel Brizola, e Arnaldo Matter) do município de São Borja, cidade localizada na fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Dito isso, destaca-se que o Universo se caracteriza como um “conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 223).

A delimitação da pesquisa teve como recorte o segundo semestre do ano de 2016 até o primeiro semestre do ano de 2018. A partir disso realizou-se uma pesquisa documental com os registros dos atendimentos referentes à demanda por benefícios eventuais no CRAS Bairro Centro, reportando-se então para a amostra desse estudo. Esse termo define-se, segundo Lakatos e Marconi (2003), como uma porção/parcela extraída do universo, sendo um subconjunto do universo. A partir disso, enfatiza-se a questão dos recursos materiais para o desenvolvimento da pesquisa, onde se identificou suficiente a quantidade de registros disponíveis relacionados à pesquisa, que possibilitou a qualidade do presente estudo. Com esse fator, cabe evidenciar que esta amostragem caracteriza-se por acessibilidade, onde o “[...] pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, [...] representar o universo. Aplica-se este tipo de amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos” (GIL, 2008, p. 94).

Neste sentido, denota-se que no município em questão há dois CRAS que são cofinanciados pelo governo federal: o do Bairro Centro e do Bairro Passo. Contudo, para fins de amostra, optou-se pelo CRAS Centro, por já haver uma aproximação da pesquisadora com esse campo, conforme mencionado anteriormente. Destaca-se que ao iniciar a pesquisa verificou-se que o volume total de registros referente a esses três anos no CRAS Bairro Centro resultava em 596 documentos e, dado à quantidade expressiva de registros, teve-se como critério a seleção de uma amostra aleatória de cada ano. Se destaca dessa forma que “a amostragem aleatória simples consiste em atribuir a cada elemento da população um número único para depois selecionar alguns desses elementos de forma casual. [...]” (GIL, 2007, p. 101). A partir disso foram selecionadas

20% do conjunto de fichas do total de registros. O resultado foi de 119 registros analisados, sendo 45 do ano de 2016, 37 do ano de 2017, e 37 do ano de 2018. Em 2016 se obteve 225 demandas referentes a esses benefícios, em 2017 foram 185, e em 2018 o total chegou a 186 no período em análise. Desta forma foi possível alcançar os objetivos elencados na pesquisa, pois tais documentos apontam dados da realidade desses usuários.

### 2.3.2 Instrumento e técnicas

Enquanto técnica para coleta de dados utilizou-se uma pesquisa documental, para tanto verifica-se esse tipo de pesquisa:

[...] assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda nenhum tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 2007, p.66).

A partir disso foram analisados os registros dos usuários que demandam dos benefícios eventuais no CRAS Bairro Centro. Considerando o recorte de tempo já suscitado anteriormente, como também os critérios estabelecidos na amostra, destaca-se então que “a técnica é um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte; é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática” (LAKATOS, MARCONI, 2007, p.176). Para execução da técnica contou-se enquanto instrumento a utilização de um quadro síntese para a sistematização das informações da pesquisa documental realizada no Cras Bairro Centro. Portanto, os instrumentos e técnicas podem ser considerados:

[...] na verdade estratégias sobre as quais se faz a opção de acordo com o contexto e o conteúdo a ser mediado para se chegar a uma finalidade quanto maior nosso conhecimento teórico, mais ampla será nossa cadeia de mediações, maiores as nossas possibilidades de construí-las (PRATES, 2003, p.6)

Salienta-se que a ética nesse trabalho é conduzida pelo Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais de 1993, na qual a pesquisadora compromete-se em manter o sigilo quanto à identificação dos dados documentais para preservação dos sujeitos envolvidos. Reportando-se para a análise de conteúdo, Bardin (2016) afirma que é constituída por três fases, que são: a) pré-análise, que “tem por objetivo a organização, embora ela própria seja composta por atividades não estruturadas, “abertas”, por oposição à exploração sistemática dos documentos” (BARDIN, 2016, p.126). Nessa primeira fase, a pesquisadora organizou 20% dos documentos referentes à demanda por benefícios eventuais, tendo como critério de escolha uma amostra aleatória como já explicado anteriormente, onde se utilizou de um quadro síntese norteador para coleta dos dados; b) A segunda fase concerne na exploração do material. “Esta fase, longa e fastidiosa, consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas” (BARDIN, 2016, p.131). Nesse sentido, a pesquisadora fez a descrição analítica do material coletado observando detalhadamente as informações que respondem aos objetivos propostos; c) No que concerne a terceira e última etapa, esta consiste no tratamento dos resultados onde:

Os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos [...] e válidos. [...] O analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos [...] (BARDIN, 2016, p. 131).

Nesta etapa é realizado o tratamento, a inferência e a interpretação dos dados da pesquisa, onde a pesquisadora já está com as informações analisadas, mostrando se elas respondem ou não aos objetivos estabelecidos referentes à demanda por benefícios eventuais no município de São Borja/RS. Por fim, no que diz respeito ao retorno dos resultados obtidos por meio da pesquisa, destaca-se que foi por meio da apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado pela pesquisadora na Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja. O TCC ficará disponível à comunidade por meio de registro na Biblioteca do Campus a Unipampa e será entregue uma cópia ao CRAS Centro, que disponibilizou a coleta de dados, nos registros institucionais.



### 3 O ESTADO NEOLIBERAL E OS DIREITOS SOCIAIS

O presente capítulo é constituído pela discussão sobre o Estado Neoliberal e os direitos sociais e nele se apresenta a contextualização histórica da adoção desse ideário no Brasil, como também se discute a forma que este modelo de Estado rebate diretamente nos direitos sociais. Este também consiste em uma das categorias teóricas, advindas dos objetivos que foram estabelecidos. Diante disso, enfatiza-se a relevância de pontuar inicialmente como esse Estado se caracteriza, diante disso enfatiza-se a relevância de pontuar inicialmente como esse Estado se caracteriza, diante disso destaca-se que:

[...] o neoliberalismo deve ser compreendido como uma filosofia econômica com a pretensão de restabelecer níveis de lucratividade que permitam criar condições orientadas a uma explosão global de desenvolvimento (BLACKBURN *apud* GASPAROTTO, 2014, p.7).

O avanço do neoliberalismo no Brasil teve início a partir da década de 1990. Behring (2008), ao fazer uma discussão sobre o tema, realiza a retomada de alguns acontecimentos anteriores a esse período, como a ditadura militar, a crise estrutural do capital e a democratização no país. Foi através dessas

[...] transformações e deslocamentos ocorridos no Brasil com o fim da ditadura militar e as contradições da transição democrática, que criam as condições econômicas, políticas, intelectuais e morais para os futuros acontecimentos (BEHRING, 2008 p. 148).

Tais acontecimentos referem-se primeiramente à crise estrutural do capital, que significa o aumento do acúmulo de riqueza, a flexibilização das novas formas de acumulação que são resultantes do aumento do petróleo e endividamento do país entre 1970/1980. Nesse contexto, vivencia-se um adensamento das dificuldades referentes à formulação de:

[...] políticas econômicas de impacto nos investimentos e na redistribuição de renda, não só no Brasil, mas no conjunto da América Latina, bem como são encontrados elementos para pensar a condição da democracia no continente (BEHRING, 2008, p. 131).

Segundo Behring (2008), presencia-se no contexto entre 1970 á 1980 uma generalização do empobrecimento da América Latina, crise dos serviços sociais públicos, desemprego, informalização da economia e priorização da produção para exportação em detrimento das necessidades internas. Behring (2008) ainda destaca que cerca de 50% da dívida no Brasil foi consequência direta da alta do petróleo. O ano de 1985 é demarcado pelo fim da ditadura e início da redemocratização do país.

A partir destes fatores, a autora enfatiza que o sentido neoliberal dos anos 1990 foi sendo traçado na década anterior através dos “[...] fracassos de planos de estabilização [...] exaustão gerada pelo processo inflacionário” (BEHRING, 2008, p.147) e também pelas “[...] dificuldades de investimento do setor público; e as tensões e paralisias geradas no interior do processo de democratização [...]” (BEHRING, 2008, p.147). Assim, a autora salienta que “a orientação neoliberal encontrou solo fértil, ainda que sua introdução mais intensa tenha sido retardada pelos processos delineados, e consolida-se como doutrina nos anos 1990” (BEHRING, 2008, p.147). Tais processos se referem às tensões entre as classes sociais que permitiram o retardamento da introdução desse ideário, onde o neoliberalismo conseguiu se consolidar somente nos anos de 1990. Tal cenário político, econômico e cultural foi acentuado pelo Consenso de Washington<sup>2</sup> que previa medidas de ajustes explicitadas no próprio documento do Consenso de Washington, onde são destacadas dez reformas para os países da América Latina, acerca disso destaca-se que estas medidas/reformas consistem na:

[...] disciplina fiscal; uma mudança nas prioridades para despesas públicas; reforma tributária; liberalização do sistema financeiro; uma taxa de câmbio competitiva; liberalização comercial; liberalização da entrada do investimento direto; privatização das empresas estatais; desregulamentação; direitos da propriedade assegurados (WILLIAMSON, 2003, p. 1).

Considerando que o país seguiu esse ideário neoliberal do Consenso de Washington, se efetivam reformas que rebatem diretamente nos direitos sociais, afetando principalmente as camadas mais pobres, pois essas reformas são voltadas para atender o mercado e não a população. A partir disso, tem-se a relevância de evidenciar como foram

---

<sup>2</sup>Meu significado original, uma lista de 10 reformas específicas<sup>2</sup> que (eu afirmei) em 1989 quase todo o mundo em Washington acreditava eram necessárias em quase todos os países da América Latina. O programa das organizações internacionais sediadas em Washington, principalmente o Banco Mundial e o FMI, para os países que são seus clientes. Um programa de neoliberalismo, o fundamentalismo do mercado, que aparentemente a esquerda acredita que as instituições internacionais estão dedicadas a impor aos países em desenvolvimento (WILLIAMSON, 2003, p. 1).

organizadas tais medidas de implementação do Consenso de Washington. Para tanto, destaca-se que essas medidas foram constituídas por meio da realização de um seminário na cidade de Washington “entre 14 e 16 de janeiro de 1993, para a discussão de um texto do economista John Williamson, em que reuniu executivos de governo, dos bancos multilaterais, empresários e acadêmicos de onze países” (BEHRING, 2008, p.148). Nesse seminário foram debatidos os passos políticos para a implementação de programas de estabilização. Destaca-se que esses passos consistem em três fases explicitadas a seguir.

[...] a primeira consagrada à estabilização macroeconômica, tendo como prioridade absoluta um superávit fiscal primário envolvendo invariavelmente a revisão das relações fiscais intergovernamentais e a reestruturação dos sistemas de previdência pública; a segunda, dedicada ao que o Banco Mundial vem chamando de ‘reformas estruturais’: liberação financeira e comercial, desregulação dos mercados, e privatização das empresas estatais; e a terceira etapa, definida como a da retomada dos investimentos e do crescimento econômico (FIORI *apud* BEHRING, 2008, p.148).

Portanto, o Consenso de Washington se caracteriza pela defesa econômica neoliberal, que propagava como objetivo acabar com as crises e as misérias principalmente na América Latina naquele período.

No plano ideológico, todavia, a ascensão da programática neoliberal no Brasil remonta ao Consenso de Washington, ocorrido em 1989 na capital dos EUA, em que, no bojo das discussões travadas, se concretizou a efetiva ratificação da proposta neoliberal que o governo norte-americano recomendava como pré-condição à concessão de ajuda financeira externa (PORTO, 2009, p. 4-5).

Com isso, se obteve o impulso de países que adotaram as medidas previstas no Consenso de Washington e aderiram ao ideário neoliberal, fator que se tornou condição para o fornecimento de empréstimos e negociação de dívida em casos de crise.

### **3.1 ESTADO NEOLIBERAL E SEUS REBATIMENTOS NOS DIREITOS SOCIAIS**

Ao analisar tal conjuntura social e as mudanças que ocorreram devido ao processo de democratização do país (Brasil) e o endividamento deste pelo aumento do petróleo, verifica-se que os resultados advindos disso surgem nas chamadas reformas, que preveem a privatização de empresas estatais, redução de gastos público, livre comércio, desregulação da economia, dentre outras (WILLIAMSON, 2003). Estas provocaram o

aumento das desigualdades sociais, como por exemplo a diminuição de empregos para a população, trabalho precarizado, com vínculos informais, terceirizados, dentre outros. Em razão de beneficiar apenas uma pequena parcela da população (capitalistas), estes que se caracterizam como sendo os detentores dos meios de produção que se apropriam da riqueza socialmente produzida, enfatiza-se que:

O desfecho do pleito eleitoral de 1989, etapa tão esperada do processo de democratização, e mais um momento do embate entre os projetos societários antagônicos que foram se delineando e aprofundando ao longo dos anos 1980, favoreceu, por uma diferença pequena de votos, à candidatura a presidência que defendia explicitamente as “reformas” orientadas para o mercado, que implicariam em um forte enxugamento do Estado, como saída para a crise econômica e social brasileira (BERHING, 2008, p.149).

Reportando-se especificadamente para o Brasil no período de 1990, tem-se o avanço do ideário neoliberal, estando sob o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, onde “[...] é desencadeada a auto-intitulada reforma do Estado, mas que é uma verdadeira contrarreforma” (BERHING, 2008, p.116), visto que é orientada para o mercado. Essas reformas realizadas pelo então presidente FHC apontam para o ideário neoliberal, pois conforme Berhing (2008), a intenção destas reformas seria de somente atender aos interesses do mercado/capital devido ao endividamento do país. Diante de tal situação, a autora vai denomina-la de contrarreforma, pelo fato de ser pensada para recompor a hegemonia burguesa e também por ser orientada para o mercado oferecendo serviços na lógica empresarial e não do direito. Isso se materializa na medida em que ocorre a desestruturação do Estado, pois este transfere sua responsabilidade para o mercado, onde existe a livre regulação e cujos serviços regem-se pela lógica empresarial. Behring; Boschetti (2008) afirmam que:

[...] A era Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi marcada por esse mote, que já vinha de Collor, cujas características de outsider (ou o que vem de fora) não lhe outorgaram legitimidade política para conduzir esse processo. Tratou-se, como se pôde observar, de “reformas” orientadas para o mercado, num contexto em que os problemas no âmbito do Estado brasileiro eram apontados como causas centrais da profunda crise econômica e social vivida pelo país desde o início dos anos 1980. Reformando-se o Estado, com ênfase especial nas privatizações e na previdência social, e, acima de tudo, desprezando as conquistas de 1988 no terreno da seguridade social [...] (BEHRING, BOSCHETTI, 2008, p.148).

Conforme suscitado pelas autoras, essas ocorrências surgem em razão da adoção desse ideário, que resultou em privatizações de empresas estatais e acarretou no desmonte da seguridade social. Conforme Oliveira (2011), as chamadas reformas foram desenvolvidas por meio de orientações econômicas, que impactaram na “[...] redução dos direitos sociais com a reforma previdenciária, pois ao se incentivar os planos de previdência complementar (privados) transforma-se direitos em mercadorias” (OLIVEIRA, 2011, p. 142). Também cabe destacar a seguinte discussão:

A terceira, e talvez mais destrutiva forma de desmonte, é via do orçamento. As fontes de recurso não foram diversificadas, contrariando o dispositivo constitucional, e permanece a arrecadação predominantemente sobre a folha de salários. Ocorre uma usurpação de 20% dos recursos da seguridade social para o pagamento da dívida pública por meio da Desvinculação das Receitas da União (BOSCHETTI, 2009, p.334).

Portanto, os desvios de recurso da União, que é à chamada DRU (Desvinculação de Receitas da União) são para pagar a dívida externa do país e isso corrobora para a transferência de um direito a um serviço do setor estatal para a iniciativa privada, visto que, como já mencionado anteriormente, há o incentivo nos planos previdenciários complementares que são de caráter privado e são realizados em instituições financeiras (como os bancos, por exemplo). Assim,

[...] O neoliberalismo refere-se à retomada de forma intensa do ideário liberal, o qual apregoa a liberdade dos mercados, as liberdades individuais, a autorregulação dos mercados, ou seja, a não interferência do Estado na economia (GASPAROTTO, 2014, p.7).

Frisando ainda que “O projeto neoliberal defende a retração da intervenção do Estado no campo social. Há a valorização da área econômica em detrimento da social” (GASPAROTTO, 2014, p.7). Compreende-se dessa forma que este se configura como um Estado mínimo de direitos para a população e amplo para o capital, corrobora para mercantilização dos direitos sociais e para a desresponsabilização do Estado frente ao social. Respeita o livre comércio, garantindo o direito a propriedade privada e a manutenção da segurança (não intervém na sociedade). Este também defende a não participação do Estado na economia, salvo quando for para beneficiar o grande capital, diante disso pontua-se que:

[...] As políticas neoliberais comportam algumas orientações/condições que se combinam, tendo em vista a inserção de um país na dinâmica do capitalismo contemporâneo, marcada pela busca de rentabilidade do capital por meio da reestruturação produtiva e da mundialização: atratividade, adaptação, flexibilidade e competitividade (BEHRING, 2008, p.59).

Acerca disso pode-se verificar que com a adoção desse ideário há o aumento da produção da riqueza, inclusive flexibilizando as formas de acumulação, isso contribui para precarização do trabalho. Pois a flexibilização do trabalho coloca “[...] à disposição das empresas um leque de opções de modalidade de contratações atípicas” (ALVES, 2012, p.19). Por exemplo, “contrato de trabalho por tempo determinado, contrato de trabalho por tempo parcial, além da lei da terceirização, colocando, deste modo, um menu de opções flexíveis para a exploração da força de trabalho” (ALVES, 2012, p.20). Se considera ainda o aumento da tecnologia e das máquinas, acarretando na diminuição do trabalho vivo pelo trabalho morto, esses dois referem-se;

[...] paralelamente à redução quantitativa do operariado tradicional, ocorre uma alteração qualitativa na forma de ser do trabalho. É o que o autor denomina de substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, onde há a redução da dimensão variável do capital, em decorrência do crescimento de sua dimensão constante (ANTUNES *apud* FERREIRA, 2007, p.18).

Portanto, o primeiro (trabalho vivo) refere-se ao homem que transforma a natureza constituindo-se dessa forma como um ser social. Sua força de trabalho é paga através de um salário ínfimo que recebe a cada final ou início de mês, o segundo (trabalho morto) refere-se à inserção de tecnologias e máquinas nos espaços de trabalho. Destaca-se assim a diminuição dos postos de trabalhos, onde a procura por emprego é muita, e os postos de trabalho são poucos corroborando para a ocorrência do desemprego estrutural, que acirra ainda mais as expressões da questão social, pois o:

Desemprego Estrutural ou tecnológico: como indica o nome é a própria estrutura econômica que passar a ser desempregadora sem perspectiva de voltar a ser empregadora. Trata-se não propriamente de perda, mas da extinção dos postos de trabalho, reflexo da queda da própria economia. Resulta do aprimoramento do processo produtivo através de novas formas de organização de trabalho e da aplicação de novas tecnologias. Este tipo de desemprego vem sendo provocado então, pela modernização de máquinas e equipamentos, que melhoram significativamente a produtividade, causando a redução da mão-de obra. [...] (MARTINS, 2006, p.34-35).

Ainda neste caminho, a redução da mão de obra ocorre em razão da reestruturação produtiva no mundo do trabalho, que aumenta a inserção de tecnologias e máquinas na produção e diminuiu o número de trabalhadores, contratando somente o necessário para operar as máquinas. Para tanto, também há a precarização do trabalho por meio das novas formas de flexibilização já mencionadas anteriormente, onde os vínculos empregatícios não garantem estabilidade aos trabalhadores, considerando ainda a ocorrência da rotatividade da força de trabalho, a partir disso os sujeitos tem que construir seu lugar no mercado de trabalho. Gasparotto (2014) afirma que com a defesa desse ideário principalmente no Brasil prevê a mercantilização dos direitos sociais, que começam a ser regulados pelo mercado, bem como a responsabilização dos indivíduos e suas famílias pela proteção social, onde ocorre a culpabilização dos indivíduos que não conseguem prover sua própria subsistência. Ainda criminaliza a classe trabalhadora em razão das adversas situações a que são expostas, tais como o desemprego, pobreza, trabalho informal, não acesso a direitos entre outras expressões da questão social a qual são vivenciadas cotidianamente pela população.

A adoção destas medidas de ajuste neoliberal estimulam o crescimento econômico e propagam a necessidade de redução do Estado na área social, e, neste sentido, percebe-se o posicionamento em defesa de interesses burgueses em detrimento de interesses da classe trabalhadora, que tem cotidianamente seus direitos violados devido a falta de acesso à políticas e direitos sociais. [...] No projeto neoliberal do capitalismo, as políticas sociais ficam em segundo plano, sendo submetidas à lógica das políticas econômicas. As políticas sociais acabam resumindo-se a ações paliativas, focalizadas, assistencialistas, sem a presença do Estado, ou seja, as responsabilidades deste foram repassadas à família, à solidariedade e ao mercado, numa perspectiva de mercantilização da vida social (GASPAROTTO, 2014, p.10).

É em detrimento disso que o ideário neoliberal prevê a redução do Estado com o social e não se preocupa com as desigualdades sociais, originadas pela exploração da força de trabalho. Se destaca que o Estado enquanto regulador dos interesses das classes (burguesia, proletariado), devia se preocupar com tais desigualdades, pois enquanto regulador deve atender aos interesses das duas. Ao invés da retração com o social, deveria haver o aumento da intervenção do Estado na área social. Behring (2008) problematiza que no Brasil a adoção do neoliberalismo foi denominada como uma reforma, no entanto a autora afirma que foi uma contrarreforma:

Mesmo que o termo reforma seja apropriado pelo projeto em curso no país ao se auto-referir, partirei da perspectiva de que se está diante de uma apropriação indébita e fortemente ideológica da ideia reformista, a qual é destituída de seu conteúdo progressista e submetida ao uso pragmático, como se qualquer mudança significasse uma reforma, não importando seu sentido, suas consequências sociais e direção sociopolítica. (BEHRING, 2008, p.128).

Assim como já destacado, não se pode chamar de reforma toda e qualquer mudança que ocorre em um país, para a autora quando se fala em reforma tem que beneficiar a população como um todo. Não foi isso que aconteceu, visto que beneficiou apenas uma camada/parcela da população, ou seja, os capitalistas, já que as reformas mencionadas anteriormente são orientadas para o mercado. Para Behring (2008), o que se pode chamar de reforma associa-se com o *welfare state* (Estado de bem estar social), que desencadeava medidas de sustentação da “acumulação, ao lado da proteção ao emprego e de demandas dos trabalhadores, viabilizada por meio dos procedimentos democráticos do Estado de direito, sob a condução da social-democracia” (BEHRING, 2008, p.129), uma reforma que ocorreu dentro do capitalismo a partir da reivindicação dos trabalhadores. A chamada reforma do estado que ocorreu nos anos 1990, com o governo Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso (FHC), foi orientada para o mercado e pensada para recompor a hegemonia burguesa do país.

[...] a implementação dessas diretrizes, genuinamente neoliberais, culminou na realidade com o aprofundamento da recessão, a qual atingiu o conjunto da sociedade brasileira de maneira assaz diferenciada, na medida em que penalizou, sobretudo, os setores mais fragilizados do ponto de vista político e econômico. Quanto aos seus efeitos, tem-se que eles repercutiram densamente no recrudescimento da inflação, no aumento do desemprego e na precarização das políticas sociais (PORTO, 2009, p.5-6).

Após dois anos de governo, Collor de Melo foi afastado do cargo através do impeachment em 1992 e “Itamar Franco, vice de Collor, assume o governo nesse contexto complexo, de descompasso entre as demandas da sociedade e as respostas do Estado, e de mal-estar institucional, econômico e social” (BEHRING, 2008, p.154). Seu governo será palco de avanços limitados, diante disso destaca-se a aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), há também nesse momento, conforme refere Behring (2008, p. 154), uma:



[...] articulação da coalização conservadora de poder constituída em torno de Fernando Henrique Cardoso, então à frente do Ministro da Fazenda, onde foi formulado o plano de estabilização protagonizado pela nova moeda: o real.

Fernando Henrique Cardoso também foi responsável por vetar alguns dos artigos da LOAS. Nesse período, o país entrou no plano que:

Capitaneado pelo então ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso, evidente candidato à Presidência da República, o Plano Real promoveu, poucos meses antes da eleição, uma verdadeira chantagem eleitoral: ou se votava no candidato do Plano ou estava em risco a estabilidade da moeda, promovendo-se a volta da inflação, a ciranda financeira e a escalada dos preços (BEHRING, 2008, p.155).

Segundo Behring (2008), a população brasileira, ao estar traumatizada com a inflação que estava na época em 50% ao mês, optou por votar na moeda, com a esperança de que com a estabilidade viria o crescimento e dias melhores. Destaca-se ainda que:

[...] existem outros aspectos econômicos e políticos que concorreram para o sucesso do plano real [...] levando à vitória eleitoral a aliança de centro-direita, tendo como condutor Fernando Henrique Cardoso, por dois mandatos consecutivos (BEHRING, 2008, p.156).

Fiori *apud* Behring (2008) acentua que o plano real não foi criado para eleger FHC, mas para viabilizar no Brasil uma aliança de poder (FMI e BM) capaz de dar base e conservação ao programa de estabilização do FMI (Fundo Monetário Internacional, regula e atua diretamente no funcionamento do sistema financeiro mundial) e viabilidade política ao que falta ser realizado das reformas preconizadas pelo Banco Mundial. Para tanto:

Os desdobramentos da política econômica patrocinada por FHC, em seu obsessivo propósito de contenção, a qualquer custo do déficit público, tiveram implicações desastrosas sobre as políticas sociais, na medida em que resultaram na redução drástica dos fundos públicos destinados ao financiamento dos serviços sociais direcionados aos segmentos mais pobres (PORTO, 2009, p.7).

Conforme Salvador (2010, p.607), “o fundo público refere-se à capacidade de mobilização de recursos que o Estado tem para intervir na economia, além do próprio orçamento, as empresas estatais, a política monetária comandada pelo Banco Central [...]”. Portanto, a arrecadação deste consiste na arrecadação de impostos pagos quando se compra alguma mercadoria. Destaca-se que

Excluindo o refinanciamento da dívida e orçamento de investimento das empresas estatais, os orçamentos fiscal e da seguridade social totalizam R\$ 1,170 trilhão. No entanto, quase um quarto desse valor (R\$ 271 bilhões) está previsto para o pagamento de juros e amortização da dívida pública, ou seja, destinado à esfera da financeirização da riqueza [...] (SALVADOR, 2010, p.607- 608).

Dessa forma, pontua-se que, quando o Estado não consegue arrecadar o suficiente, ele contrai uma dívida através de empréstimos feitos com bancos e depois esse empréstimo é pago com juros altíssimos. Isso se constituiu como dívida pública. Esta impacta diretamente nas políticas sociais, pois com a justificativa de pagar essa dívida é feita a desvinculação de recurso como já referido, que é retirado principalmente da Seguridade Social uma vez que:

[...] recursos da seguridade social são apropriados anualmente pelo Governo Federal por meio da Desvinculação das Receitas da União (DRU), com vistas à composição do superávit primário e pagamento de juros da dívida (BEHRING/ BOSCHETTI, 2008, p.166).

Isto favorece, conforme Salvador (2010), a acumulação de capital, destaca ainda que as características do orçamento público no Brasil podem ser definidas apenas em uma frase explicitada a seguir. “Em uma única frase é possível definir as características do orçamento público no Brasil: financiado pelos mais pobres e trabalhadores e apropriados pelos ricos” (SALVADOR, 2010, p.617). Retomando a discussão sobre contra-reforma salienta-se que:

[...] a contra-reforma em curso no Brasil desde os anos 1990 exerce uma verdadeira pressão para que a proposta constitucional não saia do lugar de forma substantiva, seja criando políticas paralelas àquelas que supõem controle democrático, seja por meio do desfinanciamento imposto pela política econômica e compromissos internacionais, seja ainda por meio da cooptação de segmentos da sociedade civil – numa espécie de clientelismo mais sofisticado, o que antes designamos como neocorporativismo – na distribuição dos parques recursos (BEHRING/ BOSCHETTI, 2008, p.184).

Os pressupostos constitucionais significaram um avanço no país, concomitantemente após essa conquista tem-se o espriamento do neoliberalismo, ocasionando o desmonte dos direitos já

previstos constitucionalmente. Esse ideário impede que tais propostas se materializem, pois não prevê investimento para o setor social, com a justificativa de ter que pagar os juros da dívida pública. O que acaba por ocasionar a intensificação da pobreza, visto que o Estado retrai sua responsabilidade com o social em razão da “suposta falta de recursos do Estado – porque já sabemos que eles existem para o pagamento de dívidas -, e impactos para a cobertura das políticas sociais são, portanto, realmente dramáticas” (BEHRING/ BOSCHETTI, 2008, p.187).

Isso implica diretamente na área social, considerando que os primeiros cortes de verba a serem feitos são reduzir os investimentos nos direitos sociais. Analisando esse cenário, verifica-se que as políticas sociais públicas surgem das necessidades da população que emergem na sociedade, como também para dar resposta à miséria que o sistema capitalista produz, por meio das desigualdades originadas por ele através da exploração do trabalho.

Considera-se ainda ímpar lembrar que esse modo de produção é pautado na produção e consumo de mercadorias (lei de acumulação e aprofundamento das desigualdades), em que quanto mais se produz riqueza, mais se produz pobreza, devido à má distribuição da riqueza socialmente produzida. Todos esses fatores ocorrem devido à lei geral da acumulação capitalista, que promove a fetichização da mercadoria, que aliena os sujeitos e naturaliza as situações que vivenciam cotidianamente. As políticas sociais públicas também são, de certa forma, um meio para controlar as expressões da questão social através de suas ações assistenciais. As demandas sociais emergem das contradições da sociedade, originadas pela luta de classes em face das desigualdades advindas da exploração da força de trabalho.

No que se refere ao trabalho do profissional, este ao realizar uma intervenção no atendimento, por exemplo, de uma demanda por cesta básica, somente concedendo o alimento, sem que o sujeito reflita sobre a razão de estar em tais condições, pode corroborar para a amenização do conflito de classes. Se os sujeitos estão tendo suas demandas atendidas sem haver uma reflexão sobre os motivos que o levaram a solicitar tal benefício esse sujeito, fica alienado da existência da luta de classes originada pelo conflito capital e trabalho. Assim sendo,

Quanto mais as negociações se efetivam sob o emergencial, sob arranjos sociais eventuais, e quanto mais, ainda, expressam tão-somente a correção tecnológica pela ação unilateral do Estado, mais se fragiliza a continuidade do montante de investimento na área social. Aumenta a vulnerabilidade de redução dos gastos públicos com os programas sociais na medida em que se assentam num nível muito baixo de legitimidade política (SPOSATI, 2010, p.80).

A partir disso, as políticas sociais públicas são desenvolvidas através de ações compensatórias, mas não é esse caráter que elas devem apresentar, já que devem propagar o

acesso a direitos para a população. E para que esse caráter não tenha repercussão, é essencial, segundo Behring Boschetti (2008), discutir e lutar pela ampliação dos direitos e das políticas sociais, visto que gera a disputa pelo fundo público (diminuir investimentos nos direitos sociais para pagar a dívida pública). E também por envolver as

[...] necessidades básicas de milhões de pessoas com impacto real nas suas condições de vida e trabalho e implica um processo de discussão coletiva, socialização da política e organização dos sujeitos políticos (BEHRING/BOSCHETTI, 2008, p.190).

Percebe-se dessa forma que o Estado neoliberal impacta significativamente nos direitos sociais. Com isso, salienta-se a importância de destacar como se caracterizam esses direitos:

[...] os direitos sociais – são exercidos pelos homens por meio da intervenção do Estado, que é quem deve provê-los. É no âmbito do Estado que os homens buscam o cumprimento dos direitos sociais, embora ainda o façam de forma individual. Esses direitos vêm se constituindo desde o século XIX, mas ganharam evidência no século XX. Ancoram-se na ideia de igualdade, que se constitui numa meta a ser alcançada, buscando enfrentar as desigualdades sociais (COUTO, 2006, p.35).

Segundo Couto (2006), são direitos fundamentados pela concepção de igualdade e são advindos do reconhecimento que existem desigualdades sociais, que são originadas pela sociedade capitalista e têm como finalidade fazer o enfrentamento de tais desigualdades. Assim, estes se caracterizam como acesso a educação, seguridade social, trabalho, entre outros. Cabe destacar que:

Os direitos sociais possuem caráter redistributivo, buscam promover a igualdade de acesso a bens socialmente produzidos, a fim de restaurar o equilíbrio para a coesão social. Partem de aspirações ideais que, ao serem proclamadas, não dão garantias de seu usufruto, pois o direito reivindicado não se traduz necessariamente em direito reconhecido e protegido (BOBBIO *apud* COUTO, 2006, p .48).

Conforme a autora, para que haja a materialização dos direitos sociais há necessidade de intervenção do Estado, sendo atrelado às condições econômicas e à base fiscal para ser garantidos. Uma vez que “sua materialidade dá-se por meio de políticas sociais públicas, executadas na órbita do Estado” (COUTO, 2006, p.48), apresenta-se a seguinte discussão:

Essa vinculação de dependência das condições econômicas tem sido a principal causa dos problemas da viabilização dos direitos sociais, que, não raro, são entendidos apenas como produto de um processo político, sem expressão no terreno da materialidade das políticas sociais (COUTO, 2006, p.48).

As políticas sociais constituem-se como direitos que são de responsabilidade do Estado garantir a população, mas que não estão sendo concretizado dessa forma, pois as pessoas não têm o acesso a estes, e quando têm é de forma bem precária. Os direitos sociais têm como fundamento central:

[...] as necessidades reais do homem, que se caracterizam por serem básicas, objetivas, universais e históricas. Implicam, também, elementos de solidariedade social, transitando da ótica da consciência individual para a consciência coletiva (COUTO, 2006, p.49).

Salienta-se que os direitos sociais têm sido alvo de disputa na sociedade, na questão da garantia de sua efetivação. Sua definição “é de um produto social histórico e, portanto, inacabado, trazendo na sua configuração matizes das possibilidades postas na luta cotidiana das populações no enfrentamento das mazelas geradas pelo capitalismo” (COUTO, 2006, p.52). A autora também ressalta que não necessariamente o que está previsto em lei realmente se materializa na realidade, sendo preciso ter o entendimento de que a simples existência de garantias legais não se traduz em garantia de direitos sociais. Dessa forma ela enfatiza que o “próprio acesso às leis e ao seu aparelho jurídico formal tem sido dificultado aos segmentos populacionais pauperizados, o que tem reforçado a máxima de que existem leis em abundância e pouca efetividade no seu cumprimento” (COUTO, 2006, p.56).

Retomando o que o Estado neoliberal propõe/prerroga, sua orientação tem sido desenvolvida no sentido de desregulamentação, que busca não apenas desresponsabilizar o Estado e o mercado dos segmentos que se reportam as desigualdades sociais, mas “também os sistemas jurídicos formais do apelo da população empobrecida, que transitaria, assim, da órbita do direito formal para a órbita da filantropia” (COUTO, 2006, p.57). Couto (2006) acentua que o

ideário neoliberal defende que o enfrentamento das desigualdades sociais não deve se dar via intervenção do Estado, porquanto se as desigualdades sociais forem sanadas pelo Estado, os capitalistas terão uma queda referente aos lucros.

A autora explica ainda que o discurso conservador existente na sociedade compreende que se o Estado intervir diretamente em tais desigualdades a consequência disso será o abandono dos trabalhadores ao mercado de trabalho e terão preferência pelo benefício estatal. Problematisa-se dessa forma que o conservadorismo impregnado na sociedade capitalista entende que se o Estado intervir no social haverá crise financeira no país, e as pessoas ficaram acomodadas. Portanto:

Em síntese, esse novo modelo de acumulação implica que: os direitos sociais perdem identidade e a concepção de cidadania se restringe; aprofunda-se a separação público-privado e a reprodução é inteiramente devolvida para este último âmbito; a legislação trabalhista evolui para uma maior mercantilização (e, portanto, desproteção) da força de trabalho; a legitimação do Estado se reduz à ampliação do assistencialismo (SOARES *apud* COUTO, 2006, p.70).

Nesta linha, a autora traz uma discussão pontuando alguns fatores que se constituem como desafios e que também geram impactos na sociedade. Com isso, ela destaca que estes desafios se caracterizam pela “[...] quebra do poder dos sindicatos, a desregulamentação do trabalho, a retirada parcial do Estado da intervenção na área social, o retorno da cultura privatista no campo das políticas sociais [...]” (SOARES *apud* COUTO, 2006, p.71). Os direitos sociais consistem em direitos individuais, mas que também são coletivos, fundamentam-se pela igualdade e devem ser viabilizados por intermédio do Estado, onde a ação deste está sendo focalizada. Deste modo,

[...] o paradigma teórico neoliberal assentou-se em três propostas fundamentais, sendo a primeira a de reversão acelerada das nacionalizações do pós-guerra; a segunda, na crescente tendência à desregulamentação das atividades econômicas e sociais pelo Estado; e a terceira, na tendência de transformar os poderes universais da proteção social pela particularização de benefícios sociais [...] (COUTO, 2006, p.72).

Ao analisar esse histórico, identifica-se que o neoliberalismo segue a mesma linha do Consenso de Washington, um evento que tinha como objetivos estabelecer algumas reformas para os países da América Latina devido à crise financeira. A partir disso foram feitas deliberações

(10 reformas), onde os países da América Latina teriam que adota-las, repercutindo na proposta do neoliberalismo na medida em que, para dar resposta à crise do capital, são feitas reformas que consequentemente resultaram no acirramento das desigualdades sociais. O neoliberalismo:

[...] no campo dos direitos sociais, retoma a lógica do mercado e da filantropia para o atendimento das demandas geradas por eles. Se o indivíduo tem dinheiro, deverá comprá-los no mercado, transitando, assim, da ótica do direito para a da mercadoria. Se não possui condições de comprá-los, deverá acessá-los através da benevolência da sociedade, que retoma o papel de responsável por atender às demandas sociais. E deverá fazê-lo de forma a atender parcialmente as suas demandas, retomando o conceito de não intervir de maneira a incidir no desejo do progresso, que é imanente da relação com o mercado. A regulação que pode e deve ser feita pelo Estado é, nesse caso, aquela que fornece as condições efetivas de pleno funcionamento do mercado [...] (COUTO, 2006, p.72).

Restringe-se a intervenção do Estado na área social, resultando desse modo no desmonte e perda de direitos. Couto (2006) ressalta que os direitos sociais foram conquistados através das lutas da classe trabalhadora, que se organizou e conseguiu introduzir o atendimento de suas demandas sociais na esfera pública. Enfatiza também que a composição do direito social pressupõe que as dificuldades enfrentadas pelos sujeitos devem ser assumidas coletivamente pela sociedade, para que estes possam viver com dignidade, “com supremacia da responsabilidade de cobertura do Estado, que deverá criar um sistema institucional capaz de dar conta dessas demandas” (COUTO, 2006, p.183).

No entanto, nesse cenário isso não está sendo possível em razão de todos os fatores já mencionados, considerando ainda que a sociedade capitalista é pautada pela exploração da força de trabalho, pelo individualismo, concorrência e desigualdade social. Somente com a superação deste modo de produção será possível acontecer o que Couto (2006) refere acima, onde destaca a supremacia da responsabilidade do Estado em criar um sistema institucional capaz de dar conta das demandas que emergem consequentemente da exploração da força de trabalho e apropriação privada da riqueza socialmente construída.

A autora aponta que no Brasil faltou por muito tempo [...] “uma burguesia expressiva e uma classe operária ativa, com objetivos comuns e luta corporativa, o que permitiu a expansão de uma concepção vinculada ao favor, ao compadrio e que não encontrava eco na consolidação dos direitos” (COUTO, 2006, p.184). Percebe-se que deve haver o tensionamento do Estado pela classe trabalhadora, para que haja a garantia desses direitos não apenas em lei, mas tenha concretude na realidade. Ao finalizar este capítulo pontua-se que este se preocupou em aprofundar teoricamente a discussão sobre os impactos do Estado neoliberal nos direitos sociais, impactos que consistem principalmente no incentivo à previdência complementar de caráter

privado, desemprego estrutural que conseqüentemente acarreta na precarização do trabalho. Também há a relevância dessa contextualização no que se refere à introdução das discussões realizadas a seguir.



## **4 A ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO DIREITO DO CIDADÃO E DEVER DO ESTADO**

Este item compõe a discussão sobre a Assistência Social enquanto política social pública, como também contextualiza aspectos da proteção social básica. Para tanto se apresenta a trajetória histórica da Assistência Social, onde são pontuadas algumas discussões referentes às conquistas que foram obtidas com a promulgação da CF 1988, a regulamentação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), bem como a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Compreende-se também a relevância de evidenciar o processo que possibilitou a incorporação da Assistência Social na seguridade social juntamente com a saúde e a previdência, compondo o tripé da seguridade social.

Abordará também sobre as leis que regem os benefícios eventuais, a fim de evidenciar dois dos objetivos específicos, que trata de identificar o perfil dos usuários que acessam aos benefícios eventuais, e o outro que trata de compreender as leis que definem os critérios de acesso aos benefícios eventuais. Para tanto utilizou-se como instrumento um quadro norteador (Apêndice 1) para realização da pesquisa documental realizada junto ao CRAS Centro. Que possibilitou identificar o perfil dos usuários que demandam dos benefícios eventuais nessa instituição e neste item se apresenta a sistematização e análise das informações obtidas nos registros destes. Tem como período de análise o segundo semestre do ano de 2016 até o primeiro semestre do ano de 2018. Além disso, também consiste na discussão sobre as legislações que regem a operacionalização dos benefícios eventuais, o que possibilitou a compreensão das leis que definem os critérios de acesso a esses benefícios.

### **4.1 A Assistência Social enquanto política social pública**

No que concerne à discussão sobre a política de Assistência Social enquanto política pública, apresentar-se-á alguns aspectos da trajetória histórica desta. Diante disso, destaca-se que no contexto histórico anterior à Constituição a Assistência Social caracterizava-se como:

[...] a apropriação da prática assistencial pelo Estado se dará como expressão de benemerência, lançando-se para a seara das instituições privadas de fins sociais, em especial os organismos atrelados às igrejas de diferentes credos, as ações assistenciais. Ao Poder Público caberia somente catalizar e direcionar os esforços de solidariedade social da sociedade civil (CARVALHO, 2008, p. 12).

Nessa conjuntura social, os sujeitos que não tinham meios de prover suas necessidades ficavam a mercê de ações desenvolvidas pelo viés assistencialista pautadas na ótica do favor, do voluntariado, da caridade. A Assistência Social não era reconhecida como um direito e o Estado não tinha a responsabilidade de garantir os mínimos sociais à população que se encontrava em situação de vulnerabilidade social. Dessa forma, os “males” sociais gerados pela questão social eram compensados através do assistencialismo e clientelismo, onde direitos eram considerados favores/caridade, em um cenário de imensa desigualdade. Destaca-se dessa forma que a questão social é:

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 1999 p.27).

Como já suscitado, a questão social surge do conflito entre capital e trabalho (burguesia e proletariado), onde há a exploração da força de trabalho do proletariado pela classe dominante (burguesia). É a classe trabalhadora (proletariado) que produz a riqueza, mas esta é apropriada pelos detentores dos meios de produção, ou seja, os capitalistas, que fazem a apropriação privada da riqueza socialmente produzida. A partir desse conflito entre capital e trabalho surgem as políticas públicas e as políticas sociais, sendo que a primeira é mais ampla e a segunda é direcionada a algum tipo de vulnerabilidade social.

Destaca-se que “[...] as políticas públicas e, conseqüentemente, a política social, têm como uma de suas principais funções a concretização de direitos de cidadania conquistados pela sociedade e amparados pela lei” (BOSCHETTI, 2009, p.101). A política de Assistência Social é uma política social pública prevista na CF de 1988, onde passou a ser reconhecida como um direito e visa atender quem dela necessitar. Sendo reconhecida como uma das conquistas obtidas nesse cenário, ela:

[...] traz uma nova concepção para a Assistência Social brasileira. Incluída no âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS em dezembro de 1993, como política social pública, a Assistência Social inicia seu trânsito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal. A LOAS cria uma nova matriz para a política de Assistência Social, inserindo-a no sistema do bem-estar social brasileiro concebido como campo do Seguridade Social, configurando o triângulo juntamente com a saúde e a previdência social (PNAS, 2004, p.31).

A constituição é considerada um avanço frente ao contexto anterior, pois nela ficou garantido que “O Estado deve ter primazia na condução dessa política e que haja um compartilhamento das decisões a serem tomadas entre a sociedade civil e Estado” (MENDES, PRATES, AGUINSKY, 2009, p.35). Surge assim uma conquista no que tange à perspectiva dos direitos sociais, já que com o sancionamento desta as pessoas passaram a ser sujeitos de direitos e “[...] pela primeira vez o homem brasileiro era tratado como cidadão, como sujeito e possuidor de direitos, dentre os quais estava o direito à Seguridade Social” (SANTANA et al, 2013, p.3).

Na resolução constitucional ficou previsto que a seguridade social, que é composta pelo tripé da saúde, previdência e assistência, deve ser acessada de forma universal. No entanto, somente a saúde continuou a ter o caráter de universalidade, a previdência e Assistência Social perderam esse caráter na medida em que, para acessar a previdência, primeiramente é necessário já ter contribuído com ela. Por sua vez, a Assistência Social é destinada para quem dela necessitar (BRASIL, 1988), onde o acesso a esta é gratuito, mas para acessar aos benefícios eventuais é necessário atender alguns critérios.

Em continuidade, mais especificadamente em 07 de dezembro de 1993, a Assistência Social foi regulamentada pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) como política social pública de “cunho público e não-contributiva, credenciando-a, portanto, no campo dos direitos sociais” (COUTO, 2006, p. 171), que busca a transição da cultura do favor para a cultura do direito. Essa política tem como base as seguintes diretrizes: descentralização político-administrativa; participação da população, por meio de organizações representativas, primazia da responsabilidade do Estado, e Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas, e projetos (PNAS, 2004, p.32-33).

Posteriormente, em 2004, houve a aprovação da PNAS (Política Nacional de Assistência Social) na qual:

[...] busca incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da Assistência Social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado (PNAS, 2004, p.13).

A PNAS problematiza e afirma a responsabilidade do Estado no que tange à perspectiva da garantia dos direitos sociais, inclusive na efetivação da Assistência Social

como política social pública, reconhecendo essa política como um direito do cidadão e dever do Estado. Assim, evidencia-se que a política de Assistência Social se materializa através de serviços, programas, projetos e benefícios, e tem por objetivo a prevenção de situações consideradas de risco, através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, assim como busca fortalecer tanto vínculos familiares quanto comunitários. É destinada a:

[...] população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (PNAS, 2004, p.33).

Conforme a PNAS (2004), busca-se realizar o atendimento de forma integrada às políticas setoriais, levando em conta às desigualdades socioterritoriais. Destaca-se dessa forma que:

A Política Pública de Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais (PNAS, 2004, p. 33).

A política de Assistência Social se efetiva, a partir de seus objetivos, que consistem segundo a (PNAS, 2004, p.33) no provimento de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e/ou especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem. Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais em áreas urbana e rural. Também objetiva assegurar que as ações no âmbito da Assistência Social tenham centralidade na família e que garantam a convivência familiar e comunitária. Enfatiza-se ainda que ela prevê a gratuidade no acesso, destacando que a Assistência Social deve ser prestada sem exigência de contribuição ou contrapartida. Logo após a aprovação da PNAS 2004, se tem em 2005 a implementação do Sistema único de Assistência Social (SUAS), que é “um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira” (NOB/SUAS, 2005, p.13). Tem como eixos a:

- a. Precedência da gestão pública da política;
- b. Alcance de direitos socioassistenciais pelos usuários;
- c. Matricialidade sociofamiliar;
- d. Territorialização
- e. Descentralização político-administrativa;
- f. Financiamento partilhado entre os entes federados;
- g. Fortalecimento da relação democrática entre estado e sociedade civil;
- h. valorização da presença do controle social;
- i. Participação popular/cidadão usuário;
- j. Qualificação de recursos humanos;
- k. Informação, monitoramento, avaliação e sistematização de resultados; (NOB/SUAS, 2005, p.14).

Conforme o art. 3º da Norma Operacional Básica/Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS, 2012), os princípios organizativos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) são cinco, sendo o primeiro a universalidade, que se materializa na realidade apenas para pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social, havendo critérios para o acesso à política. O segundo princípio refere-se à gratuidade, como já mencionado, sem exigência de contrapartida para ter o acesso. O terceiro princípio diz respeito à integralidade da proteção social, em que salienta a oferta das provisões em sua completude, por meio de um conjunto articulado de serviços, programas e benefícios socioassistenciais. O quarto princípio refere-se à intersetorialidade, que é a integração e articulação da rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos setoriais. O quinto e último princípio previsto trata da equidade, que destaca o respeito às diversidades regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal ou social (BRASIL, NOB/SUAS, 2012 art. 3º).

Assim, a política de Assistência Social destina-se à população que não consegue prover sua própria subsistência e que se encontra em precária situação, seja pela situação de desemprego, trabalho informal, não acesso à educação, saúde frágil, entre outros. Seu público alvo refere-se aos:

[...] cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades

estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (PNAS, 2004, p. 33).

No que concerne ao agir profissional do assistente social, destaca-se que este não deve fiscalizar o que o usuário relata, pois deve-se partir do pressuposto que este está falando a verdade, até porque não é esse o propósito da profissão. Acentua-se que, por diversos fatores estruturais, os serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social são desenvolvidos de forma muito focalizada. Isso ocorre pelo pouco recurso destinado a esta, como também em razão dos critérios de acesso<sup>3</sup>, que selecionam o pobre do mais pobre e são tratadas como ações compensatórias, ou seja, que o Estado concede. Não é dessa forma que deve ser, pois é de responsabilidade do Estado garantir esse direito.

Após realizar o aprofundamento teórico da política de Assistência Social enquanto política social pública e a apresentação dos benefícios eventuais e seus critérios de elegibilidade, ressalta-se que o sujeitos de direitos que está em debate refere-se aos cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade social e acabam recorrendo a Política de Assistência Social. Para tanto, apresenta-se abaixo 3 quadros com a sistematização de informações coletadas nos documentos referentes as demandas por benefícios eventuais no CRAS Bairro Centro. Considerando que São Borja é uma cidade agrária se destaca que a população de habitantes no município conforme dados do IBGE são 30.251 homens, e 31.411 mulheres, sendo 55.139 população urbana, e 6.523 população rural. Evidencia-se que predominantemente se tem mais pessoas na área urbana do que na área rural, mas considerando que a cidade é agrária isso traz impactos para a população que passa a sofrer por não ter vagas no mercado de trabalho, pois não tem indústrias, é uma cidade que se caracteriza pelo cultivo da terra. Onde a maioria das pessoas tem que ir embora da cidade a procura de um emprego, algumas até migram para área rural. Para tanto as que optam por ficar na cidade residindo em área urbana quando não conseguem se inserir no mercado de trabalho recorrem à assistência social para que tenham suas necessidades básicas atendidas. Os dados da pesquisa documental referem-se aos registros do segundo semestre do ano de 2016 ao primeiro semestre o ano de 2018, onde o total de demanda desses

---

<sup>3</sup> Art. 20 alterado pela Lei 12.435/11 destaca que [...] o benefício de prestação continuada (BPC), destinado a pessoa com deficiência, e ao idoso com 65 anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. Art. 22. Sobre os [...] benefícios eventuais aqueles que visam ao pagamento de auxílio por natalidade ou morte às famílias cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo (LOAS, 1993, p.6).

três anos foi de 596 registros (225 demandas em 2016, 186 em 2017 e 185 em 2018). Em razão do expressivo número, optou-se por analisar 20% desse total, que resultou em 119 registros, sendo 45 do ano de 2016, 37 do ano de 2017 e 37 do ano de 2018, conforme poderá ser observado nos quadros que seguem.

**Quadro 1: Perfil dos usuários que acessaram benefícios eventuais em 2016**

<b>CARACTERIZAÇÃO</b>	<b>PARTICULARIDADES</b>	<b>NÚMERO</b>
<b>SEXO</b>	<b>MASCULINO</b>	4
	<b>FEMININO</b>	41
<b>TOTAL – 20% dos atendimentos no período</b>		<b>45</b>
<b>IDADE</b>	<b>20 a 25 anos</b>	3
	<b>26 a 30 anos</b>	8
	<b>31 a 38 anos</b>	10
	<b>39 a 50</b>	11
	<b>51 a 59</b>	5
	<b>Acima de 60 anos</b>	8
<b>TOTAL – 20% dos atendimentos no período</b>		<b>45</b>
<b>NÚMERO DE INTEGRANTES DA FAMÍLIA</b>	<b>1 a 3</b>	20
	<b>4 a 6</b>	24
	<b>Acima de 6</b>	1
<b>TOTAL – 20% dos atendimentos no período</b>		<b>45</b>

**Fonte:** Documentos sobre benefícios eventuais, CRAS Centro (2016). Informações sistematizadas pela pesquisadora Paloma Souza de Oliveira.

Ao iniciar a análise do segundo semestre do ano de 2016, destaca-se que as cestas básicas se constituem como um dos benefícios eventuais vinculados à política de Assistência

Social. Para tanto, nesse período foram liberadas 225 cestas básicas<sup>4</sup> somente nos meses de julho, agosto e setembro. Após as eleições municipais no mês de outubro de 2016 não foram mais disponibilizados aportes nutricionais e somente a partir de maio do ano 2017 começam a ser disponibilizados os aportes nutricionais novamente. Desta forma, a partir de dados do quadro 1 é possível evidenciar que a maior parte dos sujeitos que se dirigem até a instituição para solicitar benefícios eventuais, no caso o representante familiar são mulheres: do total de 45 registros analisados, 41 das pessoas que solicitaram benefício eventual eram mulheres e somente 4 eram homens, indicando que neste contexto predominantemente a mulher é responsável de prover a subsistência de sua família.

Com relação à idade obteve-se o seguinte dado: São três (3) pessoas com idade entre 20 à 25 anos de idade; 8 tem idade de 26 a 30; 10 pessoas tem de 31 a 38 anos; 11 tem de 39 a 50 anos; 5 tem de 51 a 59 anos; e 8 são pessoas acima de 60 anos de idade. Identifica-se dessa forma que a maioria desses usuários são pessoas jovens, que podem estar solicitando o benefício por não ter outra forma de prover o sustento de sua família. Considerando ainda que a concorrência no mercado de trabalho está cada vez mais acirrada, precarizada, fica mais difícil conseguirem um trabalho formal. No que concerne à quantidade de integrantes familiares, prenomina mais em 2016 famílias compostas por 4 ou mais integrantes.

**Quadro 2: Perfil dos usuários que acessaram benefícios eventuais em 2017**

CARACTERIZAÇÃO	PARTICULARIDADES	NÚMERO
SEXO	MASCULINO	3
	FEMININO	34
<b>TOTAL – 20% dos atendimentos no período</b>		<b>37</b>
IDADE	20 a 25 anos	6
	26 a 30 anos	6
	31 a 38 anos	5
	39 a 50	8
	51 a 59	5

<sup>4</sup> Os usuários denominam o aporte nutricional de cesta básica, mas conforme as legislações esse benefício eventual são aportes nutricionais não há diferença entre os dois (cesta básica/aporte nutricional).



	<b>Acima de 60 anos</b>	7
<b>TOTAL – 20% dos atendimentos no período</b>		<b>37</b>
<b>NÚMERO DE INTEGRANTES DA FAMÍLIA</b>	<b>1 a 3</b>	17
	<b>4 a 6</b>	18
	<b>Acima de 6</b>	2
<b>TOTAL – 20% dos atendimentos no período</b>		<b>37</b>

**Fonte:** Documentos sobre benefícios eventuais, CRAS Centro (2017). Informações sistematizadas pela pesquisadora Paloma Souza de Oliveira.

No ano de 2017, em comparação com o segundo semestre do ano de 2016, diminuiu a demanda por benefícios eventuais, considerando que no ano anterior em três meses houve 225 demandas. Em 2017 foram analisados 45 registros. É relevante destacar que em 2017 os aportes nutricionais (que se caracterizam como um dos benefícios eventuais) começaram a ser liberados a partir do mês de maio. Ao fazer a análise, o dado demonstra a expressiva demanda no ano de 2016, tendo um decréscimo em 2017. Nesse ano ainda identifica-se predominantemente ainda o sexo feminino como responsável familiar que solicita o benefício na instituição, visto que do total de 37 pessoas (que refere-se aos 20% das 186 demandas), 34 dessas eram mulheres e apenas 3 eram homens.

Em relação à idade o dado mostra que, em comparação ao ano anterior, diminuiu a demanda de pessoas jovens pelo benefício eventual, no entanto, aumentou o número de pessoas com mais de 39 anos de idade. No que se refere ao número de integrantes familiar, observa-se que ainda continua com 4 ou mais integrantes.

**Quadro 3: Perfil dos usuários que acessaram benefícios eventuais em 2018**

<b>CARACTERIZAÇÃO</b>	<b>PARTICULARIDADES</b>	<b>NÚMERO</b>
<b>SEXO</b>	<b>MASCULINO</b>	4
	<b>FEMININO</b>	33
<b>TOTAL – 20% dos atendimentos no período</b>		<b>37</b>
<b>IDADE</b>	<b>20 a 25 anos</b>	3

	<b>26 a 30 anos</b>	7
	<b>31 a 38 anos</b>	11
	<b>39 a 50</b>	8
	<b>51 a 59</b>	4
	<b>Acima de 60 anos</b>	4
<b>TOTAL – 20% dos atendimentos no período</b>		<b>37</b>
<b>NÚMERO DE INTEGRANTES DA FAMÍLIA</b>	<b>1 a 3</b>	25
	<b>4 a 6</b>	9
	<b>Acima de 6</b>	3
<b>TOTAL – 20% dos atendimentos no período</b>		<b>37</b>

**Fonte:** Documentos sobre benefícios eventuais, CRAS Centro (2018). Informações sistematizadas pela pesquisadora Paloma Souza de Oliveira.

No que concerne à análise do primeiro semestre do ano de 2018, cabe destacar que neste ano ainda prenomina o sexo feminino como sendo as mulheres as pessoas de referência da família que solicitam o benefício: de 37 pessoas, 33 eram mulheres e somente 4 eram homens. Quanto à idade dessas pessoas, o quadro mostra que frente ao ano anterior aumentou o número novamente de pessoas jovens que buscam pelo benefício. Quanto ao número de integrantes da família, o dado mostra que em comparação aos anos anteriores, houve nesse último ano a diminuição de famílias compostas por mais de 4 integrantes.

Acerca dessas informações descritas se tem um aparato total dos três anos analisados sobre características das pessoas que solicitam benefício eventual e isso possibilita o reconhecimento do perfil desses sujeitos. Se observa a predominância do sexo feminino como responsável familiar que busca pelo benefício eventual e a partir disso surge uma categoria empírica ao estudo esta que refere-se à mulher como responsável familiar. Para tanto, se observa a importância de discutir sobre a mulher como representante familiar, ou seja, a pessoa de referência responsável de prover sua subsistência, como também a de sua família.

Destaca-se que no “caso da Assistência Social, considera-se que a mulher assume um papel de mediadora desta política com a sua família beneficiária, se mostrando como representante do seu arranjo familiar” (CORGOZINHO, 2013, p.2). Observa-se dessa forma a continuidade do papel historicamente atribuído as mulheres, que ainda são vistas como responsáveis de cuidar de seu lar. Ao “preconizar a família como núcleo central na operacionalização da Política de Assistência Social, atribui-se à mulher/mãe a responsabilidade

tradicional do cuidado e do cumprimento dos critérios dos programas sociais” (CORGOZINHO, 2013, p.5).

Neste sentido, Corgozinho (2013) acentua que a política pode estar valorizando a mulher como organizadora e responsável do lar, como também pode reforçar a desigualdade de gênero, uma vez que desresponsabiliza o homem sobre o cuidado familiar. Partindo deste fato, problematiza que:

As políticas sociais estão submetidas a uma lógica neoliberal, de corte de custos sociais, de adequação das ações estatais às necessidades do mercado e aos ditames imperialistas. Essa lógica atinge principalmente as mulheres, subordinadas a um modelo de sociedade patriarcal atenuado pelo avanço desenfreado do capitalismo, da centralidade da figura do homem enquanto provedor e a forte desigualdade presente no mercado de trabalho. Todavia, esta realidade ao mesmo tempo explicita o interesse e investimento cada vez maior na figura feminina, dada sua capacidade de atenuar conflitos, corroborando para transformar as demandas sociais em questões de âmbito privado e não coletivo, visando-se assim isentar o Estado para com suas obrigações sociais. Vale atentar que esse investimento e interesse na mulher se dão não pela via de efetivação dos seus direitos sociais, mas em sua maioria servindo de proveito a fim de legitimar os interesses dominantes (FRITZEN, 2015, p.2).

A sociedade capitalista está impregnada por valores e práticas conservadoras, que estipula o papel do homem e da mulher, onde o homem deve ir para o mercado de trabalho e prover o sustento de sua família. Por sua vez, a mulher deve ser aquela que cuida da casa e dos filhos e, neste sentido, a pesquisa documental mostra o sexo feminino como predominantemente a responsável familiar. Fritzen (2015) aponta que considerando as desigualdades historicamente sofridas pelas mulheres, é visível a tendência dessas estarem na maior parte dos profissionais da política de Assistência Social, assim como também são em maioria usuárias da mesma. Outro aspecto pontuado pela autora é o da responsabilidade da mulher referente aos cadastros sociais e compromisso de responder às condicionalidades dos programas, tendo também que “[...] participar das reuniões de grupos de convivência e fortalecimento de vínculos familiares, assim como responder as demais demandas da saúde e educação familiar” (FRITZEN, 2015, p.6). Com base em todas essas informações, foi possível identificar o perfil dessa população que demanda do benefício eventual.

## 4.2 Proteção social básica e os benefícios eventuais

Após a apresentação de alguns aspectos da política de Assistência Social, torna-se relevante contextualizar sobre a proteção social a qual esta é vinculada, como também abordar sobre os benefícios eventuais. Isso se torna pertinente na medida em que auxilia na compreensão das legislações que regem esses benefícios. Se destaca que a política de Assistência Social, que operacionaliza os benefícios eventuais, pertence à proteção social básica. Nos termos de Colin (2014), os serviços da proteção social básica são voltados para o desenvolvimento da proteção proativa, assim como no fortalecimento das relações familiares e comunitárias, buscando prevenir as situações de risco e de vulnerabilidade, como também busca a ampliação de acesso à informação, direitos e serviços sociais. Destaca-se ainda que:

A proteção Social Básica também é responsável pela provisão da segurança de sobrevivência (renda e autonomia), hoje materializada via Programa Bolsa Família, Benefícios Eventuais e Benefício de Prestação Continuada (BPC); pela segurança de acolhida e pela segurança de convívio ou vivência familiar. Fazem parte do escopo de ofertas da Proteção Social Básica: i) Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família (Paif), que tem como objetivo fortalecer a função protetiva da família e prevenir a ruptura de seus vínculos familiares e comunitários; ii) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, organizado para ampliar trocas culturais, desenvolver o sentimento de pertencimento, de identidade, fortalecer vínculos e incentivar a socialização e a convivência comunitária (COLIN, GONELLI, MORENO, 2014, p.351).

Portanto, esse espaço oferece um conjunto de serviços, programas e benefícios assistenciais, é destinado à população que se encontra em situação de vulnerabilidade social. Que é predominantemente “[...] decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social [...]” (PNAS, 2004, p.33). O espaço que ela se materializa são os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), onde os sujeitos se dirigem até a instituição para solicitar sua demanda, como também o profissional pode estar identificando a demanda quando realiza a visita domiciliar. Na proteção social básica é previsto:

[...] o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. Deverão incluir as pessoas com

deficiência e ser organizados em rede, de modo a inseri-las nas diversas ações ofertadas. Os benefícios, tanto de prestação continuada como os eventuais, compõem a proteção social básica, dada a natureza de sua realização (PNAS, 2004, p.35).

Já no que se reporta aos benefícios eventuais, sua prestação e financiamento “são de competência dos municípios e do Distrito Federal, sendo os estados responsáveis pelo cofinanciamento” (COLIN, GONELLI, MORENO, 2014, p.358). Esses benefícios são vinculados a Política de Assistência Social, onde sua proteção social “consiste em um conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo SUAS para redução e prevenção do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo da vida [...]” (NOB-SUAS, 2005, p.16-17). Para essa materialização destaca-se a fundamentação das seguranças sociais previstas na NOB-SUAS 2005, na qual se salienta que estas consistem na:

[...] segurança de acolhida supõe a oferta de ações de abordagem em territórios de incidência de situações de risco, bem como rede de serviços para oferta de locais de permanência de indivíduos e famílias sob curta, média e longa permanência, através de alojamentos, vagas de albergagem e abrigos. A segurança social de renda, de competência da Assistência Social, é operada através de; concessão de bolsas-auxílios[...]. A segurança de convívio exige a oferta pública de rede continuada de serviços que garantam oportunidades e ação profissional [...]. A segurança de desenvolvimento de autonomia exige ações profissionais e sociais [...]. A segurança de apoio e auxílio, quando sob riscos circunstanciais, exige a oferta de auxílios em bens materiais e em pecúnia em caráter transitório, denominados de benefícios eventuais para as famílias, seus membros e indivíduos (NOB-SUAS, 2005, p.18).

Acerca disso a pesquisadora optou em debruçar-se na segurança de apoio e auxílios, considerando que se trata dos benefícios eventuais que é o foco desse trabalho. Ao aprofundar-se na contextualização dos benefícios eventuais apresenta-se a definição destes, reiterando-se que:

Os benefícios eventuais foram tratados no artigo 22 da LOAS. Podemos traduzilos como provisões gratuitas implementadas em espécie ou em pecúnia que visam cobrir determinadas necessidades temporárias em razão de contingências, relativas a situações de vulnerabilidades temporárias, em geral relacionadas ao ciclo de vida, a situações de desvantagem pessoal ou a ocorrências de incertezas

que representam perdas e danos. Hoje os benefícios eventuais são ofertados em todos os Municípios, em geral com recursos próprios ou da esfera estadual e do Distrito Federal, sendo necessária sua regulamentação mediante definição de critérios e prazos em âmbito nacional (PNAS, 2004, p.34).

Esses benefícios vinculam-se a proteção social básica que, segundo a PNAS (2004, p.33), tem por “objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários”. Os benefícios eventuais foram criados a partir da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que em seu art. 22º aponta que estes benefícios se caracterizam como provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS e são prestados aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública. Aos sujeitos:

[...] em situação de vulnerabilidade social decorrentes da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços público, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social (PNAS, 2004, p.18).

Denota-se a focalização desses benefícios, visto que assegura o acesso aos pobres por meio de comprovação de renda em situações extremas, havendo dessa forma que selecionar o pobre do mais pobre. Acerca disso o profissional pode usar como estratégia no que se refere ao critério de renda considerar os custos com medicação contínua, aluguel entre outros para garantir o acesso ao usuário que necessita de algum desses benefícios. Sendo neste trabalho o município de São Borja/RS o centro da discussão, verificou-se que este dispõe de uma legislação para operacionalização destes. A Lei 4978 de 19 de dezembro de 2014 que prevê que os benefícios eventuais são:

[...] provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social, prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de situação de risco ou vulnerabilidade social decorrente de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública [...] (PMSB Lei 4978, 2014, p.1).

A Lei 4978 (2014) no art. 3º vai destacar os princípios que regem esses benefícios, considerando-os no âmbito do sistema único de Assistência Social, que se referem a:

- I** – integração a rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas;
- II** – constituição de provisão certa para enfrentar com agilidade e presteza eventos incertos;
- III** – proibição de subordinação a contribuições prévias e de vinculação a contrapartidas financeiras ou compensações posteriores;
- IV** – adoção de critérios de elegibilidade em consonância com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS;
- V** – garantia de qualidade e prontidão de respostas aos usuários, bem como de espaços para manifestação e defesa de seus direitos;
- VI** – garantia de igualdade de condições no acesso às informações e a fruição do benefício eventual;
- VII** – afirmação dos benefícios eventuais como direito relativo a cidadania;
- VIII** – ampla divulgação dos critérios para a sua concessão; e
- IX** – desvinculação de comprovações complexas e vexatórias de pobreza, que estigmatizam os benefícios, os beneficiários e a política de Assistência Social (PMSB Lei 4978, 2014, p.1-2).

Essa legislação também evidencia em seu art. 4º os critérios para o acesso a esses benefícios consiste no cadastro atualizado da família, e estudo socioeconômico considerando até meio salário mínimo vigente. Se for caso de moradia, há que ter registro fotográfico e deve ser feito o requerimento formal pelo responsável da família, que deverá estar acompanhado dos documentos. Dentre as modalidades desse benefício, aponta-se nessa legislação municipal que se referem ao atendimento de auxílio natalidade Art. 5, Auxílio Funeral Art. 7, Moradia Art. 15, Documentação Civil Art.17, Transportes Art.18, e Manutenção Cotidiana da Família art.12. Diante disso, enfatiza-se que:

Os Benefícios Eventuais vêm tomando forma à medida que a política de Assistência Social se consolida como direito do cidadão e dever do Estado. O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), por meio da Resolução nº 212, de 19 de outubro de 2006, e a União, por intermédio do Decreto nº 6.307, de 14 de dezembro de 2007, estabeleceram critérios orientadores para a regulamentação e

a provisão de Benefícios Eventuais, no âmbito da Política Pública de Assistência Social pelos municípios, pelos estados e pelo Distrito Federal (CNAS, 2016, p.23).

A PNAS (2004) e o SUAS (2005) enfatizam a prevenção das situações de vulnerabilidade social, para tanto há a necessidade de trabalhar juntamente com o/a usuário as situações/demandas que eles apresentam para que estes não fiquem dependentes da assistência social. Para isso o assistente social poderá fazer com que esse sujeito reflita sobre sua condição, e assim possa pensar em possíveis estratégias para enfrentamento de sua situação. No entanto a verifica-se que a lei municipal não está em consonância com o que a PNAS (2004) e o SUAS (2005) preveem para operacionalização desses benefícios, pois a lei municipal caracteriza os benefícios eventuais como ações pontuais, ou seja, conceder ou não o benefício, mas como já evidenciado anteriormente deve ser para além dessa ação.

Nesse sentido, o assistente social pode ainda realizar o encaminhamento a outras políticas se necessário, ou encaminhar o acesso aos benefícios de transferência de renda se for o caso, para que o benefício eventual não se torne permanente. Por fim esse capítulo permitiu responder dois objetivos específicos propostos nesse trabalho, estes que consistem em identificar o perfil da população que demanda desses benefícios, e as leis que definem os critérios de acesso aos benefícios eventuais.



## 5 FORMAS DE ENFRENTAMENTO À POBREZA NO BRASIL

Este capítulo irá abordar primeiramente o significado da situação de pobreza, e como ela se manifesta na vida das pessoas, destacando também o que tem sido feito como forma de enfrentamento desta no Brasil. Contar-se-á com a discussão dos programas Fome Zero e Brasil Sem Miséria, como também a contextualização de alguns pontos sobre os benefícios de transferência de renda, priorizando os benefícios eventuais, que é o foco da temática. Este ainda consiste na apresentação dos dados referentes aos processos sociais que corroboram para a demanda por benefícios eventuais no município de São Borja/RS, o qual se constitui em objetivo específico da pesquisa. Para tanto quando se fala em pobreza, não se considera apenas fatores econômicos, há também os sociais, políticos, culturais, entre outros, embora o presente estudo foque mais no aspecto econômico e social. Assim,

[...] Os critérios, ainda que não homogêneos e marcados por um viés economicista, acabam por convergir na definição que pobres são pobres aqueles que, de modo temporário ou permanente, não tem acesso a um mínimo de bens e recursos, sendo portanto excluídos, em graus diferenciados, da riqueza social. Entre eles, estão: os privados de meios de prover à sua própria subsistência e que não têm possibilidade de sobreviver sem ajuda; os trabalhadores, assalariados ou por conta própria, que estão incluídos nas faixas mais baixas de renda; os desempregados e subempregados que fazem parte de uma vastíssima reserva de mão de obra que, possivelmente, não será absorvida (YAZBEK, 2009, p.73-74).

Verifica-se que a pobreza é compreendida na sociedade capitalista de forma que culpabiliza o próprio sujeito, enquanto as os indivíduos que estão em situação de pobreza estão tendo seus direitos violados. Como já mencionado, eles estão apartados de alguma forma da riqueza socialmente produzida. A pobreza é decorrente da desigualdade social, que surge pela má distribuição da riqueza socialmente produzida, isso é, consequência direta da exploração da força de trabalho. Quando o sujeito consegue se inserir no mercado de trabalho, subsiste ainda o fator da precarização, que ocorre através das novas formas de organização do trabalho, onde a demanda pelo emprego é muita e as vagas são poucas.

Neste aspecto, os espaços de trabalho se aproveitam do aumento do desemprego para oferecer um salário ínfimo pela força de trabalho das pessoas, este salário não dá conta de arcar com todas as necessidades desses sujeitos e, no entanto, os trabalhadores se veem obrigados a aceitar para não serem mais um desempregado.

Salienta-se que “[...] A pobreza é expressão direta das relações sociais vigentes na sociedade e certamente não se reduz às privações materiais. Alcança o plano espiritual, moral e político dos indivíduos submetidos aos problemas da sobrevivência” (YASZBEK, 2009, p.74). Yazbek (2009) abordará sobre essa discussão, referindo-se a esse segmento populacional (classe trabalhadora) como classes subalternas. Para tanto, ela afirma que:

[...] Identidade é uma categoria em movimento, em recriação, numa perspectiva sócio-histórica dinâmica em que o ser social e as relações que constitui se apreendem numa mesma unidade, em reciprocidade. Designações tais como inadaptados, marginais, incapazes, problematizados, dependentes, alvo de ações promocionais e outras tantas constituem expressão de relações socialmente codificadas e marcadas por estereótipos que configuram o olhar sobre as classes subalternas do ponto de vista de outras classes e, ao mesmo tempo, definem as posições que os subalternos podem ter na sociedade (YAZBEK, 2009, p.87).

O que ocorre atualmente faz parte de uma trajetória sócio histórica, onde as pessoas que fazem parte da classe subalterna sempre foram vista de forma inferior às de outra classe. Isso foi sendo naturalizado, já que para “compensar” esses sujeitos, a sociedade se organizava e ajudava de forma assistencialista. Para essa classe não havia direitos sociais. Atualmente, no aspecto formal, estes têm direito ao acesso, mas a questão é se isso realmente se materializa na realidade e de que forma ocorre esse acesso. Ressalta-se que:

Efetivamente, a pobreza é parte da experiência diária do trabalho dos Assistentes Sociais. Convivemos muito de perto com a experiência trágica de pertencer às classes subalternizadas em nossa sociedade; conhecemos esse universo caracterizado por trajetórias de exploração, pobreza, opressão e resistência, observamos o crescimento da violência, da droga, e de outros códigos que sinalizam a condição subalterna: o desconforto da moradia precária e insalubre, as estratégias de sobrevivência frente ao desemprego, a debilidade da saúde, a ignorância, a fadiga, a resignação, a crença na felicidade das gerações futuras, o sofrimento expresso nas falas, nos silêncios, expressões corporais, nas linguagens além dos discursos (YAZBEK, 2010, p.153).

Como a autora afirma, os profissionais assistentes sociais vivem e convivem cotidianamente com essa realidade, onde há a desigualdade expressa através da miséria, fome, desemprego, analfabetismo, trabalho informal - mas que também há resistência,

pois há pessoas que não aceitam viver nessas condições, fazem o enfrentamento ao buscarem seus direitos. Como exemplo desta resistência podemos citar o Movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST), que luta pelo seu direito ao acesso a terra. Também há os aspectos que são decorrentes da condição de pobreza, salientando o não acesso a educação, a alimentação, ou seja, o não acesso ao suporte às necessidades básicas do ser humano.

A partir disso, as pessoas vivem em condições precárias e até mesmo miseráveis de subsistência, na qual eles têm a necessidade de pensar em possíveis estratégias de sobrevivência em razão das condições de vida em que se encontram. “Do ponto de vista conceitual, é fundamental não perder de vista que a pobreza é expressão direta das relações vigentes na sociedade, relações extremamente desiguais, em que convivem acumulação e miséria” (YAZBEK, 2010, p.153). Nessa sociedade é impossível não acontecer tais situações, pois ela defende a apropriação privada da riqueza, onde ao mesmo tempo em que se produz o aumento da riqueza conseqüentemente ao aumento da pobreza.

Se apresenta alguns elementos que expressam como se configura uma pessoa em situação de pobreza: um deles é constituído pela renda, mas ainda há que considerar “[...] o acesso a bens, recursos e serviços sociais ao lado de outros meios complementares de sobrevivência precisa ser considerado para definir situações de pobreza” (YAZBEK, 2010, p.153). Nos termos de Yazbek (2010), a pobreza é uma categoria multidimensional que abarca não somente questões de ausência de bens materiais e econômicos “[...] mas é categoria política que se traduz pela carência de direitos, de oportunidades, de informações, de possibilidades e de esperanças, como anuncia José de Souza Martins” (YAZBEK, 2010, p.153).

Assim, pobreza não é algo que depende apenas do fator financeiro e vai para além desse, pois perpassa questões objetivas tanto de caráter singular como universal. Evidencia-se dessa forma que, para mediar a situação de pobreza no Brasil, são criadas as políticas sociais públicas. Segundo Silva (2010), elas devem estar articuladas a políticas macroeconômicas como meio de garantir um crescimento econômico sustentável. Para que haja geração de emprego, assim como o aumento da renda proveniente do trabalho, nos termos de Silva (2010) deve haver a redistribuição de renda, que é altamente concentrada no país. Destaca-se dessa forma a evidência de:

[...] um consenso, tanto no campo acadêmico como entre políticos de todas as matizes ideológicas e partidárias, que a pobreza no Brasil decorre, em grande parte, de um quadro de extrema desigualdade, marcado por profunda concentração de renda. Essa situação coloca o Brasil entre os países de maior concentração de renda no mundo [...] (SILVA, 2010, p.156).

Problematiza-se que esta não é uma realidade exclusiva somente do Brasil, no entanto esse país está entre os que possuem maior concentração de riqueza, fator que corrobora para o aumento da pobreza, em razão especialmente da desigualdade de distribuição de renda. Para tanto a autora pontua que:

O entendimento é de que o sistema de produção capitalista, centrado na expropriação e na exploração para garantir a mais valia, e a repartição injusta e desigual da renda nacional entre as classes sociais são responsáveis pela instituição de um processo excludente, gerador e reproduzidor da pobreza, entendida enquanto fenômeno estrutural, complexo, de natureza multidimensional, relativo, não podendo ser considerada como mera insuficiência de renda. É também desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida; é não acesso a serviços básicos; à informação; ao trabalho e a uma renda digna; é não participação social e política. Esse entendimento permite desvelar valores e concepções inspiradoras das políticas públicas de intervenção nas situações de pobreza e as possibilidades de sua redução, superação ou apenas regulação (SILVA, 2010, p.157).

Esse sistema produz e reproduz o acirramento de desigualdades, que se apresentam através das expressões da questão social que. A mais valia é extraída da força de trabalho, ou seja, o lucro, dessa forma o sujeito trabalha mais do que o necessário para pagar seu salário e o excedente que se produziu é apropriado pelos empregadores, que são os detentores dos meios de produção, havendo dessa forma a distribuição injusta através dos salários ínfimos pagos aos trabalhadores. Para enfrentamento de tais desigualdades conta-se com as políticas sociais públicas, que intervêm na vida dos sujeitos, mas não de modo que transforme a realidade destes, pois consistem em ações destinadas a suprir as necessidades dos trabalhadores e conciliar os interesses de classe. Dessa forma, o assistente social pode realizar essa intervenção que visa à transformação na vida dos usuários, na medida em que estimule essas pessoas a refletirem sobre o que levou a estarem em determinada situação. Destaca-se que, para

amenizar e conciliar os interesses de classe, foram concedidos alguns direitos à classe trabalhadora. Dentre estes, destaca-se a:

[...] aposentadoria social rural, [...] o Benefício de Prestação Continuada (BPC), criado em 1993, no âmbito da Lei Orgânica de Assistência Social, iniciando-se sua implementação a partir de 1996. Tratasse de um benefício de caráter não contributivo, para pessoas idosas a partir de 65 anos de idade e para pessoas com deficiência, incapacitadas para o trabalho. Ambos, idosos e pessoas com deficiência, devem viver em famílias com uma renda per capita familiar de até  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo (em 2010, R\$ 127,50) (SILVA, 2010, p.158).

A autora destaca que no ano de 2001 as medidas de políticas públicas de enfrentamento a pobreza proporcionaram a criação do fundo de combate à pobreza, que consistia em financiar programas de transferência de renda. Relacionados à educação e às ações de saneamento, sendo estas consideradas âmbitos de maior impacto sobre a pobreza, “[...] Os programas de transferência de renda passam a constituir o eixo central da proteção social no país, com ampliação de programas federais, como o Bolsa Escola e o Bolsa Alimentação” (SILVA, 2010, p.159).

Uma de suas ações criadas para enfrentamento à pobreza foi a criação do programa Fome Zero, no intuito de gerar maior centralização nos programas de transferência de renda. Cabe destacar também que, no ano de 2003, foi criado o Programa Bolsa Família, considerado “[...] o maior programa de transferência de renda em implementação no Brasil, com implementação descentralizada em todos os municípios” (SILVA, 2010, p.159). Este contribuiu de forma significativa para subsistência das camadas mais pauperizadas, deixando o Brasil em destaque no cenário mundial. Ainda que não seja um país que:

[...] tenha registrado o mais rápido decréscimo das taxas de pobreza e de desigualdade de renda até 2005, por vir conseguindo diminuir, ao mesmo tempo, ambas as taxas, observando-se maior redução da pobreza do que da desigualdade (SILVA, 2010, p. 160).

Com todas essas considerações que caracterizam a definição de pobreza, tem-se a necessidade de acentuar um pouco mais como esta se manifesta no cotidiano dos

sujeitos:

A violência da pobreza constitui parte de nossa experiência diária na sociedade brasileira contemporânea. Os impactos destrutivos do sistema vão deixando marcas exteriores sobre a população empobrecida: o aviltamento do trabalho, o desemprego, a debilidade da saúde, o desconforto, a moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a ignorância, a fadiga, a resignação, são alguns sinais que anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados da sociedade (YAZBEK, 2009 p.72).

A pobreza também se constitui como uma das expressões da questão social que contribui para desencadear outras expressões da questão social, como a fome e/ou a saúde frágil, que se manifestam no cotidiano da classe subalterna onde os indivíduos vivenciam a desigualdade originada pelo modo de produção capitalista. Para melhor compreensão dessa discussão, destaca-se que a “[...] Questão Social é histórica e complexa por natureza, e condensa importantes lutas sociais no enfrentamento das desigualdades e na afirmação do cidadão como sujeito de direitos” (AMARAL, 2014, p.103). Refere-se, portanto, à luta de classes, que é desigualdade e também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a elas resistem. As pessoas que se encontram em situação de pobreza são submersos a uma ordem social que os menospreza, sendo ainda:

[...] marcados por clichês: “inadaptados”, “marginais”, “problematizados”, portadores de altos riscos e vulnerabilidades, os pobres representam a herança histórica da estruturação econômica, política e social da sociedade brasileira (YAZBEK, 2010, p.153).

Yasbek (2010) ressalta que historicamente esses aspectos fazem parte de um governo autoritário designado para uma minoria, pautado no controle de políticas sociais e econômicas em detrimento do benefício social. Não há garantia de que isso não ocorra em um governo democrático, pois essas situações ocorrem devido à estrutura da sociedade, que é permeada por “[...] extremas desigualdades e assimetrias, caracterizada por sempre insuficientes recursos e serviços voltados para atender às necessidades dos segmentos das classes subalternas” (YAZBEK, 2010, p.153). Isso representa o não entendimento da pobreza como consequência de um sistema que visa apenas o lucro por

meio da exploração da força de trabalho, denota-se ainda uma naturalização dessa condição, onde a pobreza é “[...] pensada como um fenômeno transitório, não estrutural, que representaria um estágio de reduzida produção de bens” (SIQUEIRA, 2012, p. 354). Diante disso, lembra-se que a pobreza é, sim, um fenômeno estrutural, que atinge a maior parcela da população (classe trabalhadora) e que tais desigualdades se expressam através da violência, da miséria, e de péssimas condições de subsistência, etc. Ainda discutindo sobre a manifestação da pobreza, tem-se a seguinte discussão:

[...] pauperização ou pobreza absoluta é o resultado, cada vez mais expandido e atingindo cada vez maior volume da população trabalhadora, [...] O desemprego é, portanto, um processo estrutural, tendencial do sistema capitalista, jamais relacionado à precária condição subjetiva do trabalhador. O desemprego não é, na análise de Marx, resultado das carências pessoais do indivíduo, mas das próprias condições estruturais do desenvolvimento capitalista (MARX *apud* SIQUEIRA, 2012, p. 372).

Denota-se dessa forma o reconhecimento de que a condição de empobrecimento atinge predominantemente a classe trabalhadora, que por sua vez, ao não ter outra opção, precisa prover seu sustento e acaba por aceitar as condições de trabalho<sup>5</sup> estabelecidas pelo empregador. É um ciclo que acarreta cada vez mais no aumento das desigualdades e das expressões da questão social, pois segundo a autora o desenvolvimento das forças produtivas e da expansão do capital são onde o trabalhador, conforme Siqueira (2012), é constantemente expulso do mercado de trabalho, não tendo, assim, qualquer possibilidade de sustentação mediante a venda da sua força de trabalho.

Os sujeitos que não tem emprego, não tem como ter um salário e conseqüentemente sem salário não possuem renda para atender suas necessidades. Todas essas questões implicam nas decisões dos trabalhadores, considerando que modelo de produção capitalista ocasionou o desemprego estrutural (já é explicado anteriormente) que, conforme a análise realizada por Marx, consiste nas condições estruturais da sociabilidade capitalista, esta que converge/compactua com as desigualdades. Tem-se neste contexto a existência de duas pauperizações: a absoluta e a relativa. Nos atemos à primeira, que reporta-se, segundo Marx *apud* Siqueira (2012), como resultado cada vez mais expandido e atingindo principalmente a classe trabalhadora. Com isso,

---

<sup>5</sup> Remuneração flexível (PLR), jornada de trabalho flexível (banco de horas) e contrato de trabalho flexível (contrato por tempo determinado/tempo parcial, terceirização etc.) (ALVES, 2012, p.18).

[...] No atual contexto de crise e reestruturação neoliberal do capital, as mudanças nas relações capital-trabalho, a precarização nos direitos trabalhistas, nas conquistas do trabalhador de direitos sociais, a terceirização ou subcontratação etc., levam a que o próprio trabalhador assalariado, com salários tão baixos, sofra um processo de pauperização absoluta. Prova disso é a crescente massa de trabalhadores que vive em condições de carências de algumas das necessidades fundamentais, abaixo do nível de subsistência (SIQUEIRA, 2012, p.373).

No tocante a esse cenário, compreende-se que o contexto de retração do Estado frente ao social e o desmonte de direitos são consequência direta do sistema capitalista. As relações são pautadas no individualismo, concorrência, em que cada sujeito só está preocupado com si próprio, não pensando que é uma questão que atinge o coletivo. Essa conjuntura social deve ser analisada por este coletivo, evidenciando que o que falta é reconhecimento enquanto parte dessa classe e organização política dos trabalhadores. Compreende-se que essas mudanças no mundo trabalho implicam diretamente na vida das camadas mais vulneráveis da classe trabalhadora, que realizam atividades no meio onde a precarização é mais evidenciada por meio da terceirização desse serviço.

A precarização na sociedade contemporânea ainda espraia-se para as atividades fins, atingindo assim mais trabalhadores. Remetendo-se para a pauperização relativa, esta pode ser caracterizada “[...] como o processo de progressivo aumento da distância entre o valor produzido pelo trabalhador e a parcela dessa riqueza produzida da qual este se apropria” (SIQUEIRA, 2012, p.373). Siqueira (2012) ainda explica que na produção de riqueza a mais valia que é apropriada pelos detentores do meio de produção tende a aumentar cada vez mais, e a parte que proporcionalmente vai ficando menor dessa produção é destinada para pagamento dos salários dos trabalhadores. Então,

[...] a exploração do trabalho pelo capital produz a desigualdade social, o que origina a questão social. Esta se distingue de outras demandas sociais precedentes à ordem burguesa, justamente pelo fato de que na sociedade capitalista, na mesma proporção em que se produz riqueza, se produz o pauperismo da classe trabalhadora (NETTO, apud FERREIRA, 2012, p.15).

Exemplificando essa discussão, salienta-se que pode ocorrer a situação onde um trabalhador produzirá em um dia o valor que dá para pagar seu salário do mês, enquanto o restante é apropriado pelo capitalista. Por essa razão é que Netto *apud* Ferreira afirma que quanto mais se tem o aumento da riqueza, mais há o aumento da pobreza. Todos



esses fatores mencionados são decorrentes da organização da sociabilidade capitalista. Desta forma,

No capitalismo, a pobreza é um produto estrutural de seu desenvolvimento. É que o desenvolvimento capitalista, o aumento da riqueza socialmente produzida, não deriva em maior distribuição, mas em maior acumulação de capital (SIQUEIRA, 2012, p.374).

Portanto, quanto maior a riqueza socialmente produzida, maior será a apropriação privada desta, desconsiderando totalmente possível socialização igualitária dos lucros. Esse segmento provoca ainda mais a pauperização, tanto absoluta como relativa da classe trabalhadora. Se reconhece que a pobreza é para além do fator de renda. Assim sendo, o

[...] desenvolvimento humano *inadequado*; como também vulnerabilidade, falta de voz, poder e representação; incorporando, assim, uma visão multidimensional da pobreza, supostamente mais abrangente que a visão econômica (BANCO MUNDIAL *apud* SIQUEIRA, 2012, p. 358).

Quanto menos organizada for a classe subalterna, como Yazbek (2010) denomina, menos tensionamento irão fazer ao Estado, que deve garantir à população o acesso aos direitos sociais. Estes são violados por meio da condição de pobreza, pois a maioria dessas pessoas não tem acesso à educação, saúde, trabalho, e quando tem é de forma precarizada.

Siqueira (2012) afirma que, sob viés de construir um mundo sem pobreza, o Banco Mundial reforça e estimula a acumulação da riqueza que é socialmente produzida, incentivando as dívidas públicas, como também apresenta soluções pontuais e saídas provisórias que são:

[...] das mais desumanas formas de vida, ou desenvolvimento econômico, tecnológico e científico sem distribuição igual do seu produto, [...] demonstra seu lugar e sua opção política nessa sociedade, estruturada por interesses de classes antagonicos (SIQUEIRA, 2012, p. 360).

São ações que vão beneficiar somente o grande capital, e não as pessoas que

estão em situação de pobreza. Destaca-se dessa forma que:

A concepção de desigualdade do autor vincula-se à desigualdade de oportunidades e da privação de necessidades básicas. A desigualdade é pensada individualmente, centrada no indivíduo e na ausência de condições básicas de sua existência (acesso à saúde, à educação, ao saneamento básico, à alimentação, etc.), únicos elementos capazes de serem proximamente igualados entre os indivíduos empiricamente tão diversos (SIQUEIRA, 2012, p. 362).

A partir da crítica que a autora suscita destaca-se que a pobreza não deve ser pensada de forma individualizada de sujeito a sujeito, pois é uma condição que atinge muitas pessoas, o que significa que o Estado não está cumprindo com seu papel. Considerando que todos têm o direito de ter acesso igual aos direitos sociais, mas não é dessa forma que ocorre, se vive em uma sociedade desigual. Siqueira (2012) enfatiza que a pobreza pensada nesta sociedade somente pode ser explicada nesse contexto por meio da contradição de classes, originária das expressões da questão social. Com isso, para:

[...] compreender as formas de enfrentamento às expressões da chamada “questão social” é necessário conhecer as determinações impostas historicamente pelas contradições próprias do modo de produção capitalista e pela luta de classes (SIQUEIRA, 2012, p.370).

Estas determinações, conforme a autora afirma, constituem a realidade concreta, em que os sujeitos se movimentam e na qual a “[...] dimensão econômico-política das formas de enfrentamento do Estado/Sociedade Civil ocorre no contexto da acumulação capitalista, marcada, atualmente, pela hegemonia do capital financeiro” (SIQUEIRA, 2012, p.370). O capital financeiro consiste no poder dos bancos, instituições financeiras que oferecem dinheiro a partir de juros, ou seja, dinheiro que gera mais dinheiro, portanto não existe capital financeiro sem que tenha havido antes o investimento no capital produtivo.

A pobreza é histórica e vem se alastrando até os dias atuais. Atualmente tem-se criado políticas sociais públicas como estratégias do Estado de amenizar/controlar tais expressões da questão social decorrentes dessa condição. A partir disso, foram criados programas de enfrentamento à pobreza, dentre eles cabe destacar o Programa Fome Zero e o Programa Brasil Sem Miséria.

Analisando tal contexto é nítida a compreensão de que todas essas manifestações da pobreza irão acarretar em demandas sociais, que são constituídas pelas necessidades da população, que por sua vez recorre às políticas sociais públicas para que tais necessidades possam ser supridas (nem que seja de forma pontual e temporária), pois é um direito que essas possuem. Assim,

Esta permanência, da pobreza e da desigualdade, deve-se ao fato delas serem resultado da dinâmica própria do modo de produção comandado pelo capital, e não um fenômeno marginal a ele, ou adjetivo, nem resultado de uma “opção de desenvolvimento”, mas resultado do próprio desenvolvimento econômico capitalista (SIQUEIRA, 2012, p.381).

Deste modo, Siqueira (2012) salienta que mesmo que a pobreza esteja vinculada à relação social contraditória, em que ao mesmo tempo em que se tem necessidade, carência, subalterno, povo, não-cidadão e excluído, também há a abundância, riqueza, hegemônico, elite, cidadão incluído e “[...] quando tal relação não é entendida a partir da contradição fundante (MPC) entre capital e trabalho, esta acaba por ser esvaziada de suas determinações genéticas” (SIQUEIRA, 2012, p.382). Para compreender realmente a questão social é necessário entender a relação entre capital e trabalho, para tanto no:

[...] capitalismo, esses processos não podem ser compreendidos criticamente senão como desdobramentos, com suas particularidades (nas formas de desigualdade, nos sujeitos que envolve, na correlação de forças, no tipo de relação que estabelece) de tal contradição capital-trabalho.(SIQUEIRA, 2012, p. 382).

Observa-se aqui que a relação de forças se dá no campo da subordinação, numa relação que estabelece que o sujeito é o que ele tem, tendo que criar seu espaço nessa sociedade. A partir desta contextualização, apresentar-se-á as formas de enfrentamento a pobreza criadas pelo governo em 2003 e 2011 no Brasil. No país em questão, as principais formas de enfrentamento a pobreza consistem em dois programas já citados (Fome Zero e Brasil Sem Miséria), onde foram elaborados alguns benefícios.

No que se refere ao primeiro programa, este teve início com o mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, onde evidencia-se que a:

[...] compreensão da fome brasileira passa necessariamente pela compreensão histórico-social de como se constituiu a nossa pobreza, o que está diretamente relacionado ao padrão de desenvolvimento que parâmetrou nossa história (PONTES, 2004, p.36).

A partir disso, afirma Pontes (2004) que historicamente a pobreza é resultante de um poder político concentrador de riquezas, de concentração fundiária. A respeito dessa realidade, tem sido feito:

[...] Muito pouco, com pífios resultados. Para entender as raízes deste histórico fracasso temos que entrar na constituição de nossa cultura legitimadora das desigualdades; sejam elas sociais, raciais, de gênero, etc. Somos frutos de um caldo cultural naturalizador deste quadro de polarização social que hoje vivemos. Lembremos, por exemplo, que fomos os últimos a abolir a escravidão no mundo, o que explica a presença ainda dessa herança que se traduz pela tolerância às desigualdades raciais, que se encontram entranhadas em nossa cultura e representações (PONTES, 2004, p.38).

Entende-se assim que o que ocorre é um processo cultural legitimador dessas desigualdades, em que há a naturalização da condição de pobreza, enfatiza-se ainda que as “[...] iniciativas de assistência à pobreza e fome no país por muito tempo estiveram a cargo da piedade religiosa e justificada como consequência moral do próprio caráter do indivíduo pobre” (PONTES, 2004, p.38). Com isso, este caráter ainda persiste, visto que alguns setores da sociedade culpabilizam as pessoas que são vítimas desse sistema, assim como também ocorrem práticas assistencialistas na operacionalização das políticas sociais públicas. O autor frisa que a grossa maioria das políticas de combate à pobreza não tiveram muito sucesso e isso pode ter sido tanto consequência da insuficiência de recursos “[...] ou devido ao formato humilhante e negador da cidadania desse imenso contingente de pobres. Até porque a questão da pobreza não pode ser vista apenas como falta de dinheiro, falta de renda” (SEM *apud* PONTES, 2004, p. 39). Ao afirmar a renda como principal fator da pobreza, se estará limitando-a a um único fator que se refere ao financeiro ou econômico, e ela não se restringe somente a esse aspecto, sendo muito mais complexa. O autor apresenta a seguinte discussão:

A ruptura com o assistencialismo, não pode se dar pela via da negação da Assistência Social como direito do cidadão, como se tem visto em muitos discursos. A Assistência Social como política pública não contributiva, direito universal, tal como está definida na Constituição Federal de 88 e na Lei Orgânica da Assistência Social, destinada às populações excluídas dos mais elementares direitos humanos, é política de combate à pobreza e à desigualdade social, porque transfere renda e serviços aos segmentos populacionais mais pobres e vulneráveis da população. Sempre que for praticada na perspectiva de direito de seguridade social, será constituinte da cidadania (PONTES, 2004, p.40).

Como já assinalado, ainda se vislumbra alguns discursos moralizadores e conservadores acerca da Assistência Social e, com relação a isso, se tem como respaldo as legislações que a afirmam como direito do cidadão e que deve ser garantida pelo Estado. No entanto, as legislações ainda não são o suficiente para a superação desses discursos, já que ainda há pessoas que compreendem a Assistência Social como ajuda do Estado, e não como um direito, e acabam culpabilizando os sujeitos por estarem acessando um serviço ou benefício que lhe é de direito. Além das políticas sociais públicas criadas para enfrentamento das expressões da questão social, também há programas que dão subsídio a elas, como o Programa Fome Zero.

Ressalta-se que este “[...] representa de fato a intencionalidade de enfrentar o injustificável problema da fome, desnaturalizando o tema, dando o perfil político de que sempre careceu” (PONTES, 2004, p.41). O programa se propôs a combater a fome e a pobreza, assegurando que as pessoas tivessem ao menos três refeições ao dia. Neste mesmo ano foi lançado o Programa Bolsa Família (PBF), que unificou quatro programas já existentes de transferência de renda do governo federal, como afirma o autor, e estes referiam-se ao bolsa-escola, bolsa-alimentação, auxílio-gás e cartão-alimentação. Portanto, essa unificação consistiu no primeiro passo para maximização dos recursos transferidos às famílias caracterizadas como carentes. Nabuco; Souki (2004) destaca o que o programa Fome Zero não é ou não deveria ser:

Reduzir o programa Fome Zero a um salvacionismo humanitário, repetitivo e de curto prazo é um ato intencionado a desgastar as ações do governo. Nesse sentido, não se trata de pura ação de solidariedade entre membros da sociedade civil, cujas ações apresentam âmbito reduzido, compondo variadíssimo mosaico de experiências de combate à fome, no qual não estaria presente o tão requerido caráter de universalidade das políticas públicas essenciais (NABUCO, SOUKI, 2004, p. 81).

Posteriormente, Nabuco; Souki (2004) aponta o que o programa é ou se propõe a ser, acentuando que é uma política de decisão do Estado que busca programar ações por meio de suas próprias instituições e similares nos governos regionais e locais, contando com o apoio também da sociedade civil. As autoras afirmam que o Estado tem a responsabilidade e o dever de combater a fome com eficiência, eficácia e efetividade. Nos termos de Nabuco; Souki (2004), o Programa Fome Zero consiste em um programa de governo que requer decisão política e escolhas que tenham diagnósticos precisos para se obter planos e estratégias de ação, que envolvem pontos e técnicas associadas à produção, comercialização, conservação de alimentos, educação alimentar, preservação do meio ambiente, geração de emprego e renda, distribuições de terras e crédito para ampliação da oferta rural. Não se tratando de uma ação que vise somente acabar com a fome de milhões de pessoas, mas com intuito de inseri-los na:

[...] cadeia produtiva, em que associação, cooperação e confiança serão as formas prioritárias de criação de autonomia, formando um círculo virtuoso, de mais independência e igualdade até o fortalecimento da cidadania (NABUCO, SOUKI, 2004, p.83).

Versando ainda sobre o Programa Fome Zero (PFZ), os autores (CASTRO, MOURA, 2004, p. 85), destacam que este constitui-se como um programa do governo federal, sendo ainda:

[...] inspirado nas iniciativas de entidades e instituições que já atuam no combate à fome e à pobreza, e sistematizado, sobretudo, no projeto de combate à fome lançado em 2001 pelo Instituto Cidadania. Ele é composto de um conjunto de ações que tem como objetivo garantir a segurança alimentar e nutricional à população carente, proporcionando-lhe o acesso a uma alimentação digna com qualidade, quantidade e regularidade, levando-a a se empenhar na geração da própria renda.

Deste modo, esse programa consiste em oferecer à população o direito a três refeições diárias, não se detendo apenas a esse fator, mas também se preocupando em geração de renda para esses sujeitos. Castro, Moura (2004) frisam que este programa alicerçou-se em três pontos principais: primeiro refere-se ao desenvolvimento de políticas públicas (ações do governo); o segundo relaciona-se a construção participativa de

políticas de segurança alimentar e nutricional elaboradas pelo CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar); e o último concerne no mutirão contra fome (mobilização da sociedade e do governo).

Após a contextualização deste, apresenta-se a discussão sobre o Programa Brasil sem Miséria, que foi impulsionado pela decisão e liderança da Presidenta Dilma Rousseff no ano de 2011, destaca-se dessa forma que:

A construção do Brasil sem Miséria partiu do acúmulo das políticas sociais desenvolvidas a partir de 2003, dando continuidade às experiências bem sucedidas e buscando aperfeiçoá-las. Foi o caso do Programa Bolsa Família, considerado o maior e mais bem focalizado programa de transferência condicionada de renda do mundo, e das ações de acesso à água e energia, dentre outras (CAMPELLO, MELLO, 2014, p. 34).

Para tanto, foram realizadas cinco mudanças no Programa Brasil sem Miséria, no qual Campello; Mello (2014) afirmam que estas aceleraram o rumo das políticas sociais no país proporcionando um novo salto, porquanto já havia um plano com políticas universais de enfrentamento a pobreza. A primeira mudança “[...] foi o estabelecimento de uma linha de extrema pobreza que passou a organizar a priorização que o Estado faria para incluir e apoiar a população extremamente pobre” (CAMPELLO, MELLO, 2014, p. 34).

Ainda que esse Programa utilizasse a renda como indicador de referência para eleger seu público usuário, este não se restringia somente a esse fator, mas também, por exemplo, à ampliação do acesso a bens, serviços e oportunidades. A segunda reportava-se ao estabelecimento da meta de universalizar as políticas voltadas para a pobreza, “[...] como no caso do Bolsa Família, que já havia chegado à grande maioria do público pobre e extremamente pobre, mas que ainda não tinha o claro comando de chegar a todos que tinham perfil e direito” (CAMPELLO, MELLO, 2014, p.35). A terceira consiste na “[...] compreensão de que os mais pobres, exatamente pelo nível de exclusão, abandono, desinformação e isolamento, eram os que tinham menos condições de exigir seu direito a ter direitos” (CAMPELLO, MELLO, 2014, p.35). Podendo até ser em razão de não os conhece-los, acabando desta forma por não exige-los, portanto Campello; Mello (2014) pontuam que não bastava apenas informar que o Estado criara o programa.

Desse modo conforme Campello; Mello (2014) foi criada a busca ativa dessas pessoas em situação de extrema pobreza, estabelecendo que fosse de responsabilidade do Estado ir onde a população em condição de pobreza estava. Ao adotar como iniciativa a busca ativa desses sujeitos, o “Estado chamou para si a responsabilidade de localizar, cadastrar e incluir estas famílias no conjunto de ações que seriam ofertadas” (CAMPELLO, MELLO, 2014, p.35), ao constatarem que mesmo as pessoas recebendo o Bolsa Família, muitos ainda continuavam com a renda familiar abaixo da linha da pobreza. Isso contribuiu para que ocorresse a quarta mudança, em 2012, que estabeleceu a complementação da renda das famílias, garantindo que nenhum brasileiro recebesse menos de R\$ 70,00. Esse valor foi alterado, considerando a renda da família e o benefício denominado Bolsa Família. “O Brasil estabeleceu, assim, o patamar abaixo do qual não era mais aceitável ter nenhum brasileiro e, ao mesmo tempo, criou uma política para garantir esse direito” (CAMPELLO, MELLO, 2014, p.35).

A última mudança consistia na criação de “uma estratégia voltada para ampliar a inclusão econômica dos adultos em situação de pobreza e extrema pobreza, baseada na criação de oportunidades para emprego e empreendedorismo”. (CAMPELLO, MELLO, 2014, p.35). Acerca disso, tem-se a relevância de retomar alguns acontecimentos, como o fato de que as iniciativas para debater a respeito dos desafios e das atitudes que seriam tomadas para que se garantisse a continuação da redução da pobreza no país começaram no ano de 2010. Havia a concordância entre especialistas de diferentes campos da necessidade de intensificar os avanços sociais obtidos no mandato do presidente Lula em 2003, onde se teve conforme aponta os dados do IBGE a saída de 28 milhões de brasileiros da linha da pobreza. Nesse cenário começaram:

[...] à montagem da estratégia de superação da extrema pobreza, tendo como base as informações sobre a pobreza brasileira contidas em três referências: o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os dados do Cadastro Único para Programas Sociais do MDS e as ações setoriais apresentadas pelo conjunto dos ministérios (CAMPELLO, MELLO, 2014, p.39).

Para enfrentamento da pobreza, tem-se a necessidade de definir a qual público é destinado esse programa. Para tanto, um dos critérios refere-se à renda, em que o programa utilizou os bancos de dados já citados anteriormente para organizar as informações sobre a pobreza brasileira. O Brasil sem Miséria comprometeu-se em



articular ações voltadas para a população em condição de miserabilidade e também de “[...] levar políticas para os brasileiros que o Estado tinha mais dificuldade de alcançar, seja pela distância, desconhecimento, preconceito ou pela má qualidade do atendimento oferecido” (CAMPELLO, MELLO, 2014, p.43-44). Segundo Campello; Mello (2014), em 03 de maio de 2011 foi definida e anunciada a linha de extrema pobreza no programa Brasil sem miséria, onde ficou acordado que seria renda familiar per capita de R\$ 70,00 reais, sendo atualizada no ano de 2014 pelo decreto n° 8.232/2014 para R\$ 77,00 reais *per capita*. Diante disso,

A definição de uma linha de extrema pobreza tornou o compromisso de superar a extrema pobreza mensurável e permitiu que houvesse uma referência para a seleção do público-alvo do Brasil sem Miséria. Possibilitou ainda que as ações do Plano fossem direcionadas, com o apoio do Cadastro Único, para aquelas famílias em situação de extrema pobreza que atendessem aos diferentes critérios estabelecidos para as políticas que constituíam o Brasil sem Miséria (CAMPELLO, MELLO, 2014, p.44).

Salienta-se que o Programa Brasil sem Miséria foi criado com o propósito de superar a extrema pobreza, levando em consideração os critérios de seleção de seu público alvo. Assim, foi adotada como estratégia a busca ativa, onde profissionais deveriam ir até essa população e realizar o Cadastro único (Cad Único) dessas pessoas. Esse registro continha informações referentes à renda, sexo, idade, nome, endereço, entre outros itens. “No cadastro estão disponíveis também informações sobre a situação do domicílio, benefícios recebidos pela família, natureza do trabalho e da remuneração, nível de escolaridade e frequência escolar e documentação” (CAMPELLO, MELLO, 2014, p. 47). Este cadastro, desde que começou a ser feito juntamente com o programa Bolsa Família, solidificou-se como um mapa da pobreza especialmente para o Brasil sem Miséria. E com o apoio do Cadastro Único “[...] o Brasil sem miséria, por meio de seu desenho e mecanismos de implementação, trouxe para a discussão acerca das políticas de desenvolvimento social uma nova forma de priorização das suas ações” (CAMPELLO, MELLO, 2014, p. 47). Com a contribuição do Cad Único foi possível saber de forma mais precisa quem realmente teria direito do acesso ao benefício, portanto as ações desse programa partiram de listas nominais retiradas desse registro, o que possibilitou definir e dimensionar quem seria o público atendido.

Pode-se afirmar que o Brasil sem Miséria é um programa focalizado, pois é direcionado as pessoas que estão na linha da extrema pobreza, podendo também estar abaixo dela. O Programa aponta alguns dados que consistem em informações referentes ao antes e depois do Brasil sem Miséria. Antes deste programa havia famílias em extrema pobreza, com produção insuficiente e em situação de insegurança alimentar, tendo também escassez hídrica, falta de luz, baixa produtividade, dificuldade de acesso ao mercado. Com as ações do Brasil sem Miséria, destaca-se que foram obtidos melhor infraestrutura água e luz para todos, apoio à produção, fomento e insumos, aplicação nos canais de comercialização o que promoveu a melhoria da renda das famílias. Além do Bolsa Família como benefício de transferência de renda, conta-se também com o benefício de prestação continuada (BPC), que pode igualmente ser considerando como uma forma de enfrentamento a pobreza, tendo como parâmetro para concessão “[...] a linha constante da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), de um quarto de salário mínimo per capita ao mês” (FALCÃO, COSTA, 2014, p.72).

Retomando ao enfoque do estudo, que refere-se aos benefícios eventuais, entende-se a relevância de discutir sobre os benefícios de transferência de renda para fundamentar o diálogo, mas priorizamos a discussão sobre a demanda por benefícios eventuais. Destaca-se que para obter um número mais preciso de pessoas em situação de pobreza, 140 reais mensais representava as pessoas consideradas pobres; e 70 reais para pessoas em extrema pobreza. Foi solicitado ao banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que apontasse, com base no total de domicílios sem rendimento, como também os que tinham maior probabilidade de estar na extrema pobreza. A pesquisa utilizou-se dos seguintes critérios:

não ter banheiro de uso exclusivo; ou

não ter ligação com rede geral de esgoto ou pluvial e não ter fossa séptica; ou estar em área urbana sem ligação à rede geral de distribuição de água; ou estar em área rural sem ligação à rede geral de distribuição de água e sem poço ou nascente na propriedade; ou

não ter energia elétrica; ou

ter pelo menos um morador de 15 anos ou mais de idade analfabeto; ou

ter pelo menos três moradores de até 14 anos de idade; ou

ter pelo menos um morador de 65 anos ou mais de idade. (FALCÃO, COSTA, 2014, p. 80).

Ao extrair da realidade esses aspectos, o resultado que o IBGE levantou se deu com base nos critérios citados, em que foi possível afirmar o percentual de pessoas que se encontravam em situação de pobreza e extrema pobreza. Considerando que a Assistência Social é que oferta os benefícios eventuais, destaca-se a importância de situá-la nessa discussão, pois ela constitui “o eixo de garantia de renda do Brasil sem Miséria, ofertando benefícios socioassistenciais, tais como o Programa Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e benefícios eventuais” (COLIN, GONELLI, MORENO, 2014, p.356). É por meio dela que se tem o acesso a tais benefícios, onde o primeiro é “[...] voltado a pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza. [...] faz parte das ofertas da política de Assistência Social compondo parte da segurança de renda, uma das funções previstas na [...] (PNAS)” (COLIN, GONELLI, MORENO, 2014, p.356).

### **5.1 Operacionalização dos benefícios eventuais e de transferência de renda**

Os benefícios eventuais vinculam-se à Assistência Social, que é para quem dela necessitar. Esses direitos foram historicamente sendo conquistados. Percebe-se que o problema que vem ocorrendo refere-se à maneira que vem sendo operacionalizados, por isso este estudo buscou verificar o que leva as pessoas a buscarem pelos benefícios eventuais no município de São Borja/RS sendo que seu caráter não é de ser permanente, e sim temporário. Por este motivo é que se apresentaram alguns pontos dos benefícios de transferência de renda, pensando na possibilidade de que essa demanda poderia ser originada em razão dos usuários não terem acesso ao Bolsa Família ou BPC. Destaca-se que o BPC é um benefício no valor de um salário mínimo que não exige contribuição, este já está previsto na (CF) Constituição Federal de 88 e é destinado às pessoas com deficiência e aos idosos que não possuem meios de prover sua subsistência ou de tê-la provida por sua família.

A institucionalidade e a consistência do benefício denotam sua grande importância no sistema de proteção social brasileiro. Além da oferta de benefícios monetários, o BPC também fortalece o acesso à educação e à inclusão produtiva, por meio do BPC Escola e do BPC Trabalho (COLIN, GONELLI, MORENO, 2014, p.357).

O BPC Escola consiste em um programa que busca a identificação de crianças e jovens com deficiência que estão fora da escola. Quando localizadas, são realizadas “[...] ações articuladas com outras políticas sociais para a superação das barreiras encontradas pelo público em questão para o acesso à educação” (COLIN, GONELLI, MORENO, 2014, p.357). No que se reporta ao BPC Trabalho, este tem por objetivo viabilizar oportunidades de acesso a programas referentes à aprendizagem e qualificação profissional, assim como “[...] o desenvolvimento do trabalho autônomo e do empreendedorismo, o desenvolvimento de cooperativas, a facilitação do acesso ao microcrédito e aos serviços de intermediação de mão de obra” (COLIN, GONELLI, MORENO, 2014, p.357). Além desses fatores, ainda facilita o acesso ao mundo do trabalho, bem como visa estimular a convivência familiar e comunitária e “orienta o encaminhamento para o acesso às demais políticas públicas e cria espaços de participação social” (COLIN, GONELLI, MORENO, 2014, p.357). Este ainda integra o:

[...] eixo da garantia de renda os benefícios eventuais, de caráter complementar e provisório, prestados aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública (COLIN, GONELLI, MORENO, 2014, p.358).

Após realizar o aprofundamento teórico das formas de enfrentamento a pobreza no Brasil, apresentar-se-á alguns aspectos que mostram que os programas, e benefícios sociais não estão sendo suficientes no município de São Borja/RS. Considerando a expressiva busca que se tem referente ao aporte nutricional que consiste em um dos benefícios eventuais operacionalizados pela Assistência Social, contou-se enquanto instrumento de coleta de dados uma pesquisa documental, em que se utilizou de um quadro norteador (Apêndices 1, 2) para a sistematização das informações obtidas nos registros dos usuários. Foram sintetizadas algumas características dessas pessoas, como também informações referentes à renda familiar, e modo de vida deles. Desse modo, foi possível responder ao objetivo geral, como também aos específicos.

No que concerne aos dados coletados na instituição CRAS Bairro Centro referente à demanda por benefícios eventuais, se obteve primeiramente a informação sobre o volume total dos registros. Verificou-se do segundo semestre do ano de 2016 ao primeiro semestre de 2018, contabilizando o total de dois anos. Foram solicitadas 596 demandas, sendo que no segundo semestre do ano de 2016 houve 225 solicitações; em 2017 foram

186; e no primeiro semestre de 2018, 185. Para realizar a análise desses documentos optou-se por selecionar 20% do total desses registros, o que deu um número de 119,2 documentos (e se arredondou para 119 analisados). Na intenção de contextualizar tais informações, apresentam-se nove quadros sistematizados, que contém informações sobre as pessoas que solicitam os benefícios eventuais, bem como algumas características destas encontradas nos documentos que foram analisados na instituição CRAS Bairro Centro, localizado no Município de São Borja/RS.

**Quadro 4:** Trabalho e renda dos usuários que acessaram os benefícios eventuais em 2016

TRABALHO E RENDA	INFORMAÇÕES	NÚMERO
ACESSA AO MERCADO DE TRABALHO	SIM	15
	NÃO	30
<b>TOTAL – 20% dos atendimentos no período</b>		<b>45</b>
CONDIÇÕES DE TRABALHO (TIPO DE VÍNCULO)	TRABALHO FORMAL	1
	TRABALHO INFORMAL	14
<b>TOTAL – pessoas que tem acesso ao mercado de trabalho no período</b>		<b>15</b>
TEM OUTRO TIPO DE RENDA	SIM	35
	NÃO	10
<b>TOTAL – 20% dos atendimentos no período</b>		<b>45</b>
ACESSA ALGUM BENEFÍCIO SIM OU NÃO, EM CASO DE SIM, QUAL?	SIM	28
	NÃO	17
<b>TOTAL – 20% dos atendimentos no período</b>		<b>45</b>
QUAL?	Bolsa Família	23
	BPC	5

<b>TOTAL – de pessoas que recebem benefício assistencial no período</b>	<b>28</b>
---	-----------

**Fonte:** Documentos sobre benefícios eventuais, CRAS Centro (2016). Informações sistematizadas pela pesquisadora Paloma Souza de Oliveira.

No ano de 2016, o quadro mostra que do total de 45 pessoas, somente 15 tem acesso ao mercado de trabalho - e dessas 15, apenas uma tem vínculo empregatício formal. Já no que se refere a outro tipo de renda desses sujeitos, a maioria destes respondeu que tinha. Conforme o que havia em seus registros na instituição, referia-se à renda de outro integrante da família, que se caracterizavam como sendo esposo/a, filhos, tio/a, mãe, pai. A outra pergunta norteadora do quadro da pesquisa questionava se os usuários representantes da família que foram solicitar o benefício eventual tinham acesso a algum benefício. Conforme o dado aponta mais da metade das pessoas recebem algum tipo de benefícios fora o eventual, destes que recebiam, 82% refere-se ao Bolsa Família e 18% recebem BPC. Através desse dado, conclui-se que mais da metade dessas pessoas tem acesso a benefícios de transferência de renda.

**Quadro 5:** Condições de moradia dos usuários que acessaram os benefícios eventuais no ano de 2016

<b>CONDIÇÕES DE MORADIA</b>	<b>INFORMAÇÕES</b>	<b>NÚMERO</b>
<b>Tem moradia própria?</b> <b>Sim ou Não</b>	<b>SIM</b>	28
	<b>NÃO</b>	17
<b>TOTAL – 20% dos atendimentos no período</b>		<b>45</b>
<b>Tipo de moradia?</b> <b>(madeira, alvenaria...)</b>	<b>TIJOLO ALVENARIA</b>	30
	<b>MADEIRA</b>	8
	<b>MISTA</b>	7
<b>TOTAL – 20% dos atendimentos no período</b>		<b>45</b>

**Fonte:** Documentos sobre benefícios eventuais, CRAS Centro (2016). Informações sistematizadas pela pesquisadora Paloma Souza de Oliveira.

Dando continuidade à análise dos dados do ano de 2016, conforme evidencia o quadro, mais da metade dos sujeitos que recorrem ao benefício eventual tem moradia própria. No que se refere ao tipo de moradia, predomina o tipo tijolo alvenaria. Esse dado demonstra que essas pessoas não tem necessidade de pagar aluguel, mas mesmo assim a renda que possuem não é o suficiente para suprir suas necessidades básicas.

**Quadro 6:** Atendimentos realizados pelo CRAS Centro aos usuários que acessaram os benefícios eventuais em 2016

ATENDIMENTOS	INFORMAÇÕES	NÚMERO
Demandas atendidas no CRAS no período	Cesta básica	45
<b>TOTAL – 20% dos atendimentos no período</b>		<b>45</b>
Demandas encaminhadas para rede	SIM	3
	NÃO	42
<b>TOTAL – 20% dos atendimentos no período</b>		<b>45</b>

**Fonte:** Documentos sobre benefícios eventuais, CRAS Centro (2016). Informações sistematizadas pela pesquisadora Paloma Souza de Oliveira.

Conforme demonstra o quadro o total das demandas por benefícios eventuais relacionados aos 20% dos registros selecionados, no ano de 2016 referem-se 100% à solicitação pelo aporte nutricional. Finalizando a análise desse ano, a última questão sistematizada no quadro 6 perguntava sobre as demandas encaminhadas para rede. Obteve-se como resultado um número bem inferior, considerando o total de registros selecionados que é de 45 pessoas. Destas, apenas três foram encaminhadas para rede e isso representa a não necessidade de encaminhamento desses sujeitos, ou significa a fragilização do trabalho em rede, principal fator para qualificação do atendimento das demandas sociais.

**Quadro 7:** Trabalho e renda dos usuários que acessaram os benefícios eventuais em 2017

TRABALHO E RENDA	INFORMAÇÕES	NÚMERO
ACESSA AO MERCADO DE TRABALHO	SIM	12
	NÃO	25
<b>TOTAL – 20% dos atendimentos no período</b>		<b>37</b>
CONDIÇÕES DE TRABALHO (TIPO DE VÍNCULO)	TRABALHO FORMAL	1
	TRABALHO INFORMAL	11
<b>TOTAL – pessoas que tem acesso ao mercado de trabalho no período</b>		<b>12</b>
TEM OUTRO TIPO DE RENDA	SIM	29
	NÃO	8
<b>TOTAL – 20% dos atendimentos no período</b>		<b>37</b>
ACESSA ALGUM BENEFÍCIO SIM OU NÃO, EM CASO DE SIM, QUAL?	SIM	17
	NÃO	20
<b>TOTAL – 20% dos atendimentos no período</b>		<b>37</b>
QUAL?	Bolsa Família	17
	BPC	0
<b>TOTAL – de pessoas que recebem benefício assistencial no período</b>		<b>17</b>

**Fonte:** Documentos sobre benefícios eventuais, CRAS Centro (2017). Informações sistematizadas pela pesquisadora Paloma Souza de Oliveira.

No ano de 2017, o quadro aponta que referente ao acesso ao mercado de trabalho 67% não teve acesso ao mercado de trabalho e somente 33% conseguiu algum tipo de emprego neste ano. A realidade demonstrada no quadro 6 aponta que, no ano de 2017, mais da metade dessas pessoas não tiveram acesso ao mercado de trabalho, e as que tiveram acesso foi por meio do vínculo informal, onde desses 33%, apenas 1 possui



vínculo formal.

O outro questionamento também feito no ano anterior era se essas pessoas tinham algum outro tipo de renda: 79% dessas pessoas responderam que sim e 21% responderam que não. Destas pessoas, 54% responderam que não tem acesso a outro benefício que não seja o benefício eventual e 46% responderam que tem acesso ao Bolsa Família, que se constitui como um benefício de transferência de renda.

**Quadro 8:** Condições de moradia dos usuários que acessaram os benefícios eventuais em 2017

CONDIÇÕES DE MORADIA	INFORMAÇÕES	NÚMERO
Tem moradia própria? Sim ou Não	SIM	27
	NÃO	10
<b>TOTAL – 20% dos atendimentos no período</b>		<b>37</b>
Tipo de moradia? (madeira, alvenaria...)	TIJOLO ALVENARIA	26
	MADEIRA	5
	MISTA	6
<b>TOTAL – 20% dos atendimentos no período</b>		<b>37</b>

**Fonte:** Documentos sobre benefícios eventuais, CRAS Centro (2017). Informações sistematizadas pela pesquisadora Paloma Souza de Oliveira.

Avançando a análise ainda relacionada ao ano de 2017, o quadro 8 demonstra que 73% das pessoas que solicitam o benefício eventual tem acesso a moradia própria. Isso é um dado positivo, visto que a maioria, como já evidenciado, não tem acesso ao mercado de trabalho e seria muito difícil dessas pessoas terem que ainda pagar aluguel sem ter uma renda. Referente ao tipo de moradia predominantemente é de tijolo alvenaria (26 respostas), e destas 5 responderam que suas moradias eram de madeira, e 6 de tipo mista.

**Quadro 9:** atendimentos realizados pelo CRAS Centro aos usuários que acessaram os benefícios eventuais em 2017

ATENDIMENTOS	INFORMAÇÕES	NÚMERO
Demandas atendidas no CRAS no período	Cesta básica	37
	<b>TOTAL – 20% dos atendimentos no período</b>	<b>37</b>
Demandas encaminhadas para rede	SIM	1
	NÃO	36
<b>TOTAL – 20% dos atendimentos no período</b>		<b>37</b>

**Fonte:** Documentos sobre benefícios eventuais, CRAS Centro (2017). Informações sistematizadas pela pesquisadora Paloma Souza de Oliveira.

Em continuidade à análise, percebe-se que do ano de 2016 à 2017 não há muitas alterações nas informações, pois do total de 37 registros, 100% das demandas solicitadas são referentes ao aporte nutricional. Ao finalizar a última pergunta, que reporta-se a quantidade de demandas que foram encaminhadas para rede, a realidade é a mesma do ano anterior, visto que apenas uma dessas pessoas foi encaminhada para rede de atendimento.

**Quadro 10:** Trabalho e renda dos usuários que acessaram os benefícios eventuais em 2018

TRABALHO E RENDA	INFORMAÇÕES	NÚMERO
ACESSA AO MERCADO DE TRABALHO	SIM	19
	NÃO	18
<b>TOTAL – 20% dos atendimentos no período</b>		<b>37</b>
CONDIÇÕES DE TRABALHO (TIPO DE VÍNCULO)	TRABALHO FORMAL	0
	TRABALHO INFORMAL	19

<b>TOTAL – pessoas que tem acesso ao mercado de trabalho no período</b>		<b>19</b>
<b>TEM OUTRO TIPO DE RENDA</b>	<b>SIM</b>	25
	<b>NÃO</b>	12
<b>TOTAL – 20% dos atendimentos no período</b>		<b>37</b>
<b>ACESSA ALGUM BENEFÍCIO SIM OU NÃO, EM CASO DE SIM, QUAL?</b>	<b>SIM</b>	26
	<b>NÃO</b>	11
<b>TOTAL – 20% dos atendimentos no período</b>		<b>37</b>
<b>QUAL?</b>	<b>Bolsa Família</b>	20
	<b>BPC</b>	6
<b>TOTAL – de pessoas que recebem benefício assistencial</b>		<b>28</b>

**Fonte:** Documentos sobre benefícios eventuais, CRAS Centro (2018). Informações sistematizadas pela pesquisadora Paloma Souza de Oliveira.

No ano de 2018, destaca-se que teve um acréscimo referente ao acesso ao mercado de trabalho, em que do total de 37 pessoas, 51% tem acesso ao mercado de trabalho, e 49% responderam que não tem acesso. No entanto, as condições de trabalho dessas pessoas continuam sendo por meio de vínculo informal. Referente ao questionamento se tinham outro tipo de renda neste ano, 68% responderam que sim e 32% responderam que não. No que concerne ao acesso a outro benefício, o quadro mostra que 37% das pessoas não acessam nenhum benefício a não ser o eventual, e 63% responderam que recebem, sendo que 87% refere-se ao Bolsa Família e 13% ao BPC.

**Quadro 11:** Condições de moradia dos usuários que acessaram os benefícios eventuais no ano de 2018

<b>CONDIÇÕES DE MORADIA</b>	<b>INFORMAÇÕES</b>	<b>NÚMERO</b>
<b>Tem moradia própria? Sim ou Não</b>	<b>SIM</b>	27
	<b>NÃO</b>	10
<b>TOTAL – 20% dos atendimentos no período</b>		<b>37</b>
<b>Tipo de moradia? (madeira, alvenaria...)</b>	<b>TIJOLO ALVENARIA</b>	26
	<b>MADEIRA</b>	5
	<b>MISTA</b>	6
<b>TOTAL – 20% dos atendimentos no período</b>		<b>37</b>

**Fonte:** Documentos sobre benefícios eventuais, CRAS Centro (2018). Informações sistematizadas pela pesquisadora Paloma Souza de Oliveira.

O quadro 11 referente ao ano de 2018 demonstra que a maioria das pessoas que solicitam o benefício eventual tem acesso a moradia própria, 65% responderam que sim e 35% responderam que não. Referente ao tipo de moradia predominantemente é de tijolo alvenaria com 76%, 23% responderam que suas moradias eram de madeira e 1% de tipo mista.

**Quadro 12:** Atendimentos realizados pelo CRAS Centro aos usuários que acessaram os benefícios eventuais em 2018

<b>ATENDIMENTOS</b>	<b>INFORMAÇÕES</b>	<b>NÚMERO</b>
<b>Demandas atendidas no CRAS no período</b>	<b>Cesta básica</b>	37
<b>TOTAL – 20% dos atendimentos no período</b>		<b>37</b>
<b>Demandas</b>	<b>SIM</b>	1

<b>encaminhadas para rede</b>	<b>NÃO</b>	<b>36</b>
<b>TOTAL – 20% dos atendimentos no período</b>		<b>37</b>

**Fonte:** Documentos sobre benefícios eventuais, CRAS Centro (2018). Informações sistematizadas pela pesquisadora Paloma Souza de Oliveira.

Em continuidade à análise, ao finalizar a última pergunta que concerne na quantidade de demandas que foram encaminhadas para rede a realidade é a mesma do ano anterior, visto que nenhuma delas foi encaminhada para rede.

Para tanto, através da análise dos documentos referentes à demanda por benefícios eventuais no município de São Borja/RS, no período do segundo semestre do ano de 2016 ao primeiro de 2018, visualizou-se uma demanda expressiva referente ao aporte nutricional. A partir das informações sistematizadas nos quadros, denota-se que há um número expressivo de pessoas que estão desempregadas no município de São Borja/RS e que estão não tem um vínculo formal estável, pois a informalidade do emprego não garante direitos trabalhistas. A partir disso, estas não conseguem suprir todas suas necessidades básicas, tendo dessa forma como alternativa recorrer a Assistência Social. Verifica-se ainda que algumas recebem benefício de transferência de renda, mas que não é suficiente considerando a quantidade de integrantes das famílias que é predominantemente mais de três integrantes. Acerca da pesquisa surgem mais duas categorias empíricas ao estudo, estas concernem ao desemprego estrutural, e precarização do trabalho, que também se constituem como processos sociais que corroboram para a demanda por benefícios eventuais. Acerca disso destaca-se que:

Já se tornou lugar-comum dizer que a classe trabalhadora vem sofrendo profundas mutações, tanto nos países centrais como no Brasil. Sabemos que um amplo contingente da força humana disponível para o trabalho, em escala global, ou se encontra exercendo trabalhos parciais, precários, temporários, ou já vivenciava a barbárie do desemprego. Mais de um bilhão de homens e mulheres padecem as vicissitudes do trabalho precarizado, instável, temporário, terceirizado, quase virtual, e dentre eles centenas de milhões têm seu cotidiano moldado pelo desemprego estrutural. [...] (ANTUNES, 2011, p.103).

Considerando que predominantemente na pesquisa documental os registros indicam que os usuários tinham como vínculo empregatício o trabalho informal, que

precariza ainda mais as condições de trabalho dessas pessoas, não se tem a garantia de direitos trabalhistas. Ou seja, o sujeito, ao adoecer ou ficar impossibilitado de trabalhar, se não contribui com o INSS, fica dependente da Assistência Social, ajuda da família, ou até mesmo de ações de caridade. Não proporciona a pessoa uma segurança de um trabalho estável, isso corrobora ainda mais para o aumento das desigualdades que se apresentam através das expressões da Questão Social. Ao mesmo tempo em que a pessoa está trabalhando, pode ocorrer que o empregador não queira mais seus serviços, e os sujeitos ficam sem ter uma renda.

A partir disso fica o questionamento de que forma essas pessoas estão vivendo, em situação de miserabilidade, pois sem trabalho não tem renda, e sem renda não tem dinheiro para prover sua subsistência. São diversos os fatores que causam o desemprego estrutural, um destes refere-se ao aumento das tecnologias que ocupam o lugar de vários trabalhadores. Outro ponto pertinente a pensar é de que para trabalhar com as mais diversas tecnologias é necessária qualificação profissional, mas se a renda dessas pessoas não dá conta de suprir nem suas necessidades básicas, de que forma poderão se qualificar? Salienta-se que:

Como o capital não pode eliminar o trabalho vivo do processo de mercadorias, sejam elas materiais ou imateriais, ele deve, além de incrementar sem limites o trabalho morto corporificado no maquinário tecno-científico, aumentar a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração do sobretrabalho em tempo cada vez mais reduzido. Tempo e espaço se convulsionam nessa nova fase dos capitais. [...] (ANTUNES, 2011, 175).

Em razão disso, há um imenso número de desempregados, visto que além da imensa concorrência, ainda existe o fator da qualificação, onde a demanda pelo emprego é maior que a demanda do mercado, corroborando para precarização das condições de trabalho (como já identificado, a maioria das pessoas tem vínculo informal). Assim, Antunes (2011) enfatiza que as máquinas não podem eliminar totalmente o trabalho vivo, no entanto verifica-se que com o aumento delas, se tem conseqüentemente a diminuição expressiva das vagas de trabalho. Destaca-se ainda que, apesar da maioria dessas pessoas referentes aos registros analisados tenham casa própria, predominantemente não tem acesso ao mercado de trabalho, dessa forma se essas famílias precisassem pagar aluguel não teriam condições financeiras para isso. Mesmo tendo sua moradia

própria, a renda que possuem para seu sustento ainda não é suficiente para pagar todas as despesas, tendo estes que recorrerem à Assistência Social.

É preciso que se diga de forma clara: desregulamentação, flexibilização, terceirização, bem como todo esse receituário que se esparrama pelo mundo empresarial, são expressões de uma lógica societal onde o capital vale e a força humana de trabalho só conta enquanto parcela imprescindível para a reprodução desse mesmo capital. Isso porque o capital é incapaz de realizar sua autovalorização sem utilizar-se do trabalho humano. Pode diminuir o trabalho vivo, mas não eliminá-lo. Pode precarizá-lo e desempregar parcelas imensas, mas não pode extingui-lo (ANTUNES, 2011, p.192).

A insuficiência do salário para essas famílias é resultante, segundo Alves (2012), das novas formas de gestão e organização do trabalho<sup>6</sup>, onde o modo de produção capitalista que visa somente o lucro, (extraído da exploração da força de trabalho). É apropriado pelo capitalista e a classe trabalhadora, que é a única que produz riqueza, recebe um salário ínfimo pela sua força de trabalho. Verifica-se a má/desigual distribuição da riqueza socialmente produzida, predominando dessa forma a significativa desigualdade presente nessa sociedade. As pessoas aceitam o trabalho precarizado para não serem mais uma das pessoas desempregadas na sociedade, visto que ao não aceitar, terá outra pessoa na fila dos desempregados esperando pela vaga.

Ao finalizar esse capítulo, vê-se que a maior demanda institucional identificada refere-se à alimentação. Denota-se que a renda familiar não dá conta de suprir todas as necessidades, tendo estes que, por não ter alternativa, recorrem ao benefício eventual (cesta básica), para suprir uma necessidade que é essencial. Cabe destacar que os usuários não são os mesmos nesse período conforme análise dos 119 registros. Ao analisar todos esses dados, verificou-se ainda que nesses dois anos pesquisados há pessoas que tem direito ao acesso ao bolsa família, mas não estão recebendo. Este fato pode ser decorrente da falta de cadastro, ou atualização deste, isto é, decorrente da falta de informação desses usuários.

O profissional, ao realizar o atendimento e identificar que o usuário atende as condicionalidades para o acesso ao Programa Bolsa Família, pode encaminhar para fazer o cadastro ou renovação deste, para que assim tenha o acesso, e possa usufruir de seu

---

<sup>6</sup> Pautadas no “espírito do toyotismo e captura da subjetividade da força de trabalho, [...] novas relações flexíveis de trabalho de trabalho, novas formas de contratação, remuneração salarial e jornada de trabalho” (ALVES, 2012, p.18)

direito. Outro ponto importante é a realização da análise socio-econômica pelo assistente social, para que assim possa conhecer o território que atende, podendo também fazer a busca ativa dos usuários que tem direito de receber o bolsa família e não recebem. Portanto ao finalizar esse capítulo, destaca-se que foi possível responder ao objetivo específico que se trata de conhecer os processos sociais que corroboram para a demanda por benefícios eventuais. Pois por meio da pesquisa documental se teve a evidência de que tais processos se referem como já elucidados anteriormente ao não acesso ao mercado de trabalho, precarização do trabalho, onde vínculos predominantemente são de caráter informal que não proporciona estabilidade de renda aos usuários. Corroborando dessa forma para a demanda por benefícios eventuais, pois ao não terem alternativa recorrem a assistência social para solicitar um de seus direitos que é o acesso a alimentação.



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar esse trabalho se enfatiza que o presente estudo proporcionou o conhecimento de que a demanda por benefícios eventuais principalmente no concerne ao aporte nutricional se torna um desafio ao operacionaliza-lo, visto que a demanda é muita para poucos recursos. Pois com base nas observações realizadas pela pesquisadora no estágio I e II no Cras Bairro Centro, onde foi realizada a pesquisa documental, se verificou que são disponíveis 45 cestas básicas por mês, mas a demanda é o dobro das disponíveis. Dessa forma a profissional liberava a cesta básica um mês sim e outro não, e às vezes a cada dois meses para conseguir atender a todos usuários. Também priorizava as famílias que tinham criança, pessoas com deficiência, famílias sem renda alguma e pessoas idosas na sua composição.

Diante disso denota-se que esse benefício eventual é focalizado na extrema pobreza, que acaba por excluir um número expressivo de pessoas ao acesso do direito a alimentação, dessa forma o acesso ao benefício eventual referente à cesta básica seleciona o pobre do mais pobre. Visto que não há o suficiente para atender a todos que demandam e tem esse direito, não havendo dessa maneira uma política social pública igualitária.

Ao considerar os objetivos que foram elencados e os resultados alcançados, denota-se que esses sujeitos não estão conseguindo prover uma de suas necessidades básicas que é o direito a alimentação, pois a maior demanda identificada é a solicitação pelo aporte nutricional. Quanto ao perfil evidencia-se que predominantemente são mulheres, com idade entre 39 á 50 anos, e em 2018 passa a ser de 31 á 38 anos, as famílias são compostas predominantemente por 4 a 6 integrantes. Estas mulheres se identificam como responsável familiar no momento em que solicitam o benefício, refletindo dessa forma a mulher como organizadora representante de sua família, ou seja, as que proveem seu sustento, e de sua família.

Quando ao objetivo específico de conhecer os processos sociais que corroboram para a demanda por benefícios eventuais, destacam-se o desemprego, precarização do trabalho e o trabalho informal. Pois os dados da pesquisa apontam que há um contingente de pessoas desempregadas ou com vínculo empregatício informal, ou seja, esses sujeitos não conseguem ter uma estabilidade financeira, pois estão fora do mundo produtivo, e os que se inserem é de forma precarizada. Dessa forma estes acabam por recorrer à

assistência social. Isso resulta na sobrecarga de demandas dessa política, a partir disso não é possível atender a todos, mesmo que todos os que demandam tenham o direito ao acesso.

Apesar das políticas sociais públicas apresentarem ao longo da história ações de caráter compensatório, não se pode afirmar que elas não contribuíram de certa forma para diminuição das desigualdades sociais, mesmo que essa contribuição seja considerada pequena. Pois no modo produção capitalista que somente objetiva lucros, que são resultam da exploração da força de trabalho não há como não haver desigualdade social. Destaca-se ainda que o neoliberalismo, como já identificado, defende a retração do Estado frente ao social, e isso corrobora para o acirramento das desigualdades sociais. Pois a não intervenção do Estado no social impacta diretamente nos direitos sociais, onde a população passa a ter o difícil acesso ou até mesmo inexistência de acesso aos direitos sociais.

Conforme já identificado na pesquisa a maioria das pessoas que tem acesso aos benefícios de transferência de renda principalmente o Bolsa Família são aquelas que estão no mercado informal, e formal, porém com salários reduzidos ou com contratos flexibilizados. Contudo, o acesso a este benefício não é o suficiente para dar conta de suprir todas as necessidades, tendo que recorrer ao aporte nutricional, visto que este se constitui como a maior demanda institucional. Este trabalho propôs enquanto objetivo geral analisar os processos sociais que determinam a demanda por benefícios eventuais no município de São Borja-RS, a fim de subsidiar a intervenção dos profissionais nessa área. E quanto ao problema de pesquisa buscou responder: Quais os processos sociais que determinam a demanda por benefícios eventuais no município de São Borja-RS? A partir disso se evidenciou que o que leva as pessoas a solicitarem o benefício eventual da cesta básica são fatores condicionados a renda, pois a maioria não possui acesso ao mercado de trabalho, e os que têm se inserem de forma precarizada através do vínculo informal, ou com contratos flexibilizados.

Para tanto há a necessidade do profissional ao realizar o atendimento fazer com que o usuário reflita sobre a condição em que se encontra para que assim o assistente social pense sobre as possibilidades de intervenção na vida daquele sujeito de modo a transformá-la. Visto que o viés de conceder ou não o benefício é esvaziado das dimensões ético-política e teórico-metodológica, pois isso caracteriza uma intervenção mecanicista e tecnicista, já que dessa forma não há reflexão por parte do assistente social

sobre sua intervenção com os usuários, nem do usuário sobre o que levou ele a estar solicitando tal benefício.

Para tanto se compreende que o fator do desemprego, trabalho informal, precarização do trabalho são consequência direta da apropriação privada da riqueza socialmente produzida. Nesse cenário de desmonte dos direitos sociais a assistência social é a que mais sofre rebatimentos, pois recebe o mínimo possível da atenção do Estado, considerando que se vivencia uma conjuntura que enxuga os recursos financeiros destinados as políticas sociais públicas. Na análise das informações coletadas verifica-se que são diversos os fatores que corroboram para a demanda por benefícios eventuais, onde se identifica o não acesso ao mercado de trabalho, e se tem é por meio de vínculo informal, que não garante estabilidade alguma.

No que concerne à análise das legislações que regem esses benefícios, que também é um dos objetivos específicos da pesquisa constata-se que tais legislações são criadas para subsidiar a operacionalização dos benefícios eventuais. Mas os critérios para o acesso são bem focalizados, pois seleciona o pobre do mais pobre, visto que o recurso não é suficiente para todos. A partir das considerações tecidas pela pesquisadora destaca-se que o desenvolvimento desse trabalho foi de suma relevância para o aprendizado enquanto acadêmica, visto que permitiu o aprofundamento do conhecimento acerca desses benefícios.

A partir desse trabalho se verifica que este possibilita a compreensão sobre a temática para futuros pesquisadores que optem por estudar esse tema, podendo também incentivar na construção de ações que qualifiquem a efetividade desses benefícios, principalmente no que se refere ao aporte nutricional. Portanto, esse estudo mostra-se importante na medida em que apresentou aspectos pertinentes da realidade do Município de São Borja /RS, onde se obteve o entendimento da razão de tantas pessoas demandarem benefícios eventuais, dada a realidade em que se encontram principalmente no que se refere ao direito a alimentação.

Compreende-se que o presente trabalho pode contribuir e auxiliar os profissionais acerca da operacionalização dos benefícios eventuais. Também para que os Assistentes Sociais possam realizar reflexões acerca de suas intervenções, buscando traçar estratégias de enfrentamento aos desafios postos que impossibilitam o acesso a esse direito de forma igualitária. Acerca disso compreende-se que esse TCC servirá como fonte de consulta de dados referentes a demanda pelo aporte nutricional. Por fim destaca-

se que o conhecimento nunca se esgota, pois a realidade está em constante movimento, desse modo pontua-se a relevância da continuidade dessa pesquisa, para que assim se possa encontrar possibilidades frente aos desafios postos a essa demanda no município de São Borja/RS.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. *Juventude e nova precariedade salarial no Brasil – Elementos da condição de proletária no século XXI*. In ALVES, Giovanni; ESTANQUE, Elísio. **Trabalho, juventude e precariedade**: Brasil e Portugal. Bauru: canal 6, 2012.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BEHRING, Elaine Rossetti et al. **Política Social**: fundamentos e história. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos sociais. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NABUCO, Maria Regina; SOUKI, Lea. Mais aquém do programa Fome Zero. In: BETTO, Frei. **Fome Zero**: textos fundamentais. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

CASTRO, Marlene; MOURA, Ossami. Uma convocação ao exercício da cidadania. In: BETTO, Frei. **Fome Zero**: textos fundamentais. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BOSCHETTI, Ivanete et al. **Política Social no Capitalismo**: tendências contemporâneas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social**: Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPPS, 2009.

BRASIL. CF. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. **LOAS**: Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília/DF, 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm)>. Acesso em: 10 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília/DF, 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm)>. Acesso em: 10 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**: benefícios eventuais da Assistência Social. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação-2005 Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Cadernos de orientações**: aos conselhos de Assistência Social para o controle social do benefício de prestação continuada (BPC), programa bolsa família (PBF) e benefícios eventuais da Assistência Social. Brasília/DF, 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social (SUAS). **Norma Operacional Básica (NOB/SUAS)**. Brasília/DF, 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social (SUAS). **Norma Operacional Básica (NOB/SUAS)**. Brasília/DF, 2005.

CAMPELLO, Tereza; MELLO, Janine. O processo de formulação do Plano Brasil Sem Miséria: por um país rico e com oportunidades para todos. In: CAMPELLO, Tereza; FALCÃO Tiago; COSTA, Patricia, Vieira. **O Brasil sem miséria**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, 2014.

FALCÃO, Tiago; COSTA, Patricia Vieira. A linha de extrema pobreza e o público-alvo do plano Brasil Sem Miséria. In: CAMPELLO, Tereza; FALCÃO Tiago; COSTA, Patricia, Vieira. **O Brasil sem miséria**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, 2014.

AMARAL, Aline Diniz. O papel do cadastro único no Plano Brasil Sem Miséria. In: CAMPELLO, Tereza; FALCÃO Tiago; COSTA, Patricia, Vieira. **O Brasil sem miséria**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, 2014.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

COLIN, Denise Ratmann Arruda et al. O Plano Brasil Sem Miséria e a contribuição da política de Assistência Social na oferta de serviços para a garantia de necessidades sociais básicas. In: CAMPELLO, Tereza; FALCÃO Tiago; COSTA, Patricia, Vieira. **O Brasil sem miséria**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília/DF, 2004.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal de São Borja. **Lei nº 4.978**, de 19 de dezembro de 2014.

\_\_\_\_\_. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. **Resolução nº 109**, de 11 de novembro de 2009.

CARVALHO, Graziela Figueiredo. **Assistência Social no Brasil: da caridade ao direito**. Rio de Janeiro: PUC, 2008.

CORGOZINHO, Kamila Delfino Santos. Gênero e a política de Assistência Social: a mulher como mediadora. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. São Luiz/MA. **Anais da VI JOINPP: o desenvolvimento da crise capitalista e a atualização das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação 2013**, São Luís/MA: Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas/UFMA, 2013.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

DINIZ, Célia Regina / SILVA Iolanda Barbosa. **O método dialético e suas possibilidades reflexivas**. Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN - EDUEP, 2008.

FERREIRA, José Wesley. Sociologia do trabalho. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012.

FERREIRA, Edison. **A substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto**: um estudo nos integrantes da rede de serviços credenciada de uma empresa do setor eletroeletrônico. São Bernardo do campo: universidade metodista de São Paulo, 2007.

FRITZEN, Juliana Pires. **A feminização da Assistência Social**: discutindo gênero e sua interface com a proteção social. Florianópolis/SC: Editora UFSC, 2015.

GASPAROTTO, Geovana Prante et al. **O Ideário Neoliberal: a submissão das políticas sociais aos interesses econômicos**. Santa Cruz do Sul/RS: Programa de Pós-graduação em Direito – Mestrado e Doutorado/UNISC, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Altas, 2008.

\_\_\_\_\_. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Altas, 2007.

GUERRA, Yolanda. **A dimensão investigativa no exercício profissional**. In: CFESS/ABEPSS. **SERVIÇO SOCIAL: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília/DF, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 4. ed. São Paulo : Cortez, 2010.

IAMAMOTO, M. V. 1999. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. – 2ed. São Paulo: Cortez.

KONDER, Leandro. **O que é Dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008 (coleção primeiros passos).



KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1976.

LAKATOS, E. M/ MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas 2007.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

MARTINS, Graciane Prim. **Desemprego estrutural na era da globalização**. Florianópolis/SC: Editora UFSC, 2006.

MENDES, Jussara Maria Rosa. et al. **O sistema único de Assistência Social: as contribuições à fundamentação e os desafios à implantação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

MINAYO, Maria Cecília Souza et al. **Teoria Método e Criatividade**. 28. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

\_\_\_\_\_. et al. **Teoria Método e Criatividade**. 28. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

NETTO, José Paulo et al. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília/DF, 2009.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao método da teoria social**. Brasília: CFESS/ABEPSS. 2009.

OLIVEIRA, Rodrigo Ferreira. **A contra-reforma do Estado no Brasil: uma análise crítica**. Revista Urutágua: DCS/UEM. 2011.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social**. 4. ed. São Paulo: Cortez 2007.

\_\_\_\_\_. **Mediação**: categoria fundamental para o trabalho do assistente social. Cadernos CEFESS, APEPSS, CEAD, UnB. São Paulo: Cortez, 2000.

PORTO, Maria Célia da Silva. **Estado e neoliberalismo no Brasil contemporâneo: implicações para as políticas sociais**. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. São Luiz/MA. **Anais da IV JOINPP: neoliberalismo e lutas sociais: perspectivas para as políticas públicas 2009**, São Luís/MA: Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas/UFMA, 2009.

PRATES, Jane Cruz. **A questão dos instrumentais técnico-operativos numa perspectiva dialético crítica de Inspiração Marxiana**. Revista Virtual Textos e Contextos. N° 2, ano II, dez. 2003.

\_\_\_\_\_. **O Planejamento da Pesquisa Social**. Revista Temporalis, nº 7, Porto Alegre-RS, ABEPSS, 2003.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SABINO, Fernando. Frases do pensador. Disponível em <<https://www.pensador.com/frase/MTQxNDQ2>>. Acesso em: 30/10/2018.

SALVADOR, Evilasio. **Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTANA, Eliane Peixoto et al. Histórico da política de Assistência Social: uma construção lenta e desafiante, do âmbito das benesses ao campo dos direitos sociais. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. São Luiz/MA. **Anais da VI JOINPP: o desenvolvimento da crise capitalista e a atualização das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação 2013**, São Luís/MA: Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas/UFMA, 2013.

SIQUEIRA, Luana Souza. **Desenvolvimento e Pobreza: uma análise Crítica**. Temporalis, Brasília (DF), ano 12, n. 24, p. 353-384, jul./dez. 2012.

SPOSATI, Aldaíza et al. **Assistência na Trajetória das Políticas Sociais**: uma questão em análise. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **Assistência Social**: de ação individual a direito social. Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC n. 10 – jul./dez 2007.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Serviço Social e Pobreza**. Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 2 p. 153-154 jul./dez. 2010.

\_\_\_\_\_. **Classes subalternas e Assistência Social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

WILLIAMSON, John. **Depois do consenso de washington**: uma agenda para reforma econômica na América Latina. São Paulo, 2003.



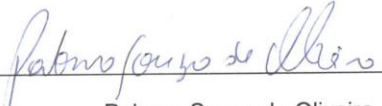
**ANEXOS****TERMO DE COMPROMISSO PARA UTILIZAÇÃO DE DADOS**

Título do Projeto: **Política de Assistência Social e os benefícios eventuais no município de São Borja/RS**


O projeto de pesquisa intitulado “**Política de Assistência Social e os benefícios eventuais no município de São Borja/RS**”, tem por objetivo geral analisar os processos sociais que determinam a demanda por benefícios eventuais no município de São Borja/RS, a fim de subsidiar a intervenção dos/as profissionais nesta área. A pesquisa de autoria de Paloma Souza de Oliveira sob orientação da Profa. Loiva Machado objetiva a elaboração de Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social da Unipampa.

A investigação tem como fonte de coleta de dados a pesquisa documental e a análise de dados será desenvolvida a partir da técnica de análise de conteúdo. A pesquisadora se compromete a manter o sigilo quanto a identificação dos dados documentais que serão analisados, no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do Bairro do Centro. Concorde, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente com finalidade científica, preservando-se integralmente o anonimato quanto as informações disponibilizadas.

São Borja, 19 de Setembro de 2018.

  
\_\_\_\_\_

Paloma Souza de Oliveira  
Pesquisadora discente

  
\_\_\_\_\_

Loiva Mara de Oliveira Machado  
Pesquisadora Orientadora

RECEBIDO  
E  
INTERNO  
01/10/2018  
Pecitor Roberto da S. Queiroz  
Secretário SIMDS  
Decreto Nº 77.188/2017